



IVANA OLIVEIRA PRETO BACCARI

**O TEXTO NARRATIVO NA PESQUISA
QUALITATIVA EM SAÚDE:
REFERENCIAL METODOLÓGICO E
INSTRUMENTAL**

**CAMPINAS
2015**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

IVANA OLIVEIRA PRETO BACCARI

**O TEXTO NARRATIVO NA PESQUISA
QUALITATIVA EM SAÚDE:
REFERENCIAL METODOLÓGICO E
INSTRUMENTAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em Saúde Coletiva, na área de concentração Política, Planejamento e Gestão em Saúde.

ORIENTAÇÃO: PROFA. DRA. ROSANA ONOCKO CAMPOS

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA IVANA OLIVEIRA PRETO BACCARI E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ROSANA ONOCKO CAMPOS.

Assinatura do Orientadora

**CAMPINAS
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Maristella Soares dos Santos - CRB 8/8402

B12t Baccari, Ivana Oliveira Preto, 1977-
O texto narrativo na pesquisa qualitativa em saúde : referencial metodológico e instrumental / Ivana Oliveira Preto Baccari. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Rosana Teresa Onocko Campos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

1. Narrativas. 2. Pesquisa qualitativa. 3. Epistemologia. I. Campos, Rosana Onocko, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The narrative text in health qualitative research : a methodological and instrumental framework

Palavras-chave em inglês:

Narratives

Qualitative research

Epistemology

Área de concentração: Política, Planejamento e Gestão em Saúde

Titulação: Mestra em Saúde Coletiva

Banca examinadora:

Rosana Teresa Onocko Campos [Orientador]

Suzi Frankl Sperber

Antonio de Padua Pithon Cyrino

Data de defesa: 27-02-2015

Programa de Pós-Graduação: Saúde Coletiva

BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO

IVANA OLIVEIRA PRETO BACCARI

Orientador (a) PROF(A). DR(A). ROSANA TERESA ONOCKO CAMPOS

MEMBROS:

1. PROF(A). DR(A). ROSANA TERESA ONOCKO CAMPOS



2. PROF(A). DR(A). SUZI FRANKL SPERBER



3. PROF(A). DR(A). ANTONIO DE PADUA PITHON CYRINO



Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da
Universidade Estadual de Campinas

Data: 27 de fevereiro de 2015

RESUMO

Estudo conceitual sobre o uso de narrativas em Saúde. Parte-se de um panorama sobre paradigmas usados na Saúde Coletiva para, em seguida, aprofundar-se na noção de narratividade como princípio epistêmico, seja apenas de forma instrumental ou como instância metodológica estruturada a partir do pensamento do filósofo Paul Ricoeur (1913-2005) – particularmente elaboradas nos livros *Tempo e Narrativa* (Tomo I, 1994), *A Memória, A História, O Esquecimento* (2012) e no artigo *Documentos – Narratividade, fenomenología y hermenéutica*, publicado na revista *Anàlisi* 25 (p. 189- 207, 2000). Discutem-se princípios da pesquisa qualitativa em Saúde Mental, defendendo-se as concepções de racionalidade e cientificidade em oposição à impertinência das de verdade absoluta e neutralidade para a construção científica.

Palavras-chave: narrativas; pesquisa qualitativa; epistemologia.

ABSTRACT

A conceptual study of narratives in Health based on a panorama of paradigms used in Collective Health in order to, afterwards, deepen the notion of narrativity as an epistemological principal, be it in an instrumental manner or as a methodology structured on the ideas of the philosopher Paul Ricoeur (1913 – 2005) particularly developed in the books: *Tempo e Narrativa (Temps et récit)* (Volume I, 1994), *A Memória, A História, O Esquecimento (La mémoire, l'histoire, l'oubli)* (2012) and the paper *Documentos - Narratividade, fenomenología y hermenéutica*, published in the journal *Anàlisi* 25 (p. 189-207, 2000). The principles of qualitative research in Mental Health are discussed defending the conceptions of rationality and scientificity in opposition to the irrelevance of the absolute truth and neutrality for scientific construction.

Key-words: narratives; qualitative research; epistemology.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT	ix
APRESENTAÇÃO.....	1
1. PARADIGMAS E TRABALHO EPISTEMOLÓGICO: UM ENSAIO SOBRE TOLERÂNCIA E DISCERNIMENTO.....	5
1.1 Metodologia	5
1.2 Metodologia em Saúde	10
1.3 Metodologia em pesquisa em Saúde.....	11
1.4 Metodologia em pesquisa em Saúde Coletiva.....	12
1.5 Síntese temporária.....	15
2. A MEMÓRIA, A PESQUISA, O CONHECIMENTO.....	17
2.1 Imagem e memória.....	17
2.2 Outro discurso sobre o método; outro método pelo discurso.....	23
3. O TEXTO NARRATIVO.....	27
3.1 Narrativa, tempo e verdade.....	27
3.2 Fenomenologia e hermenêutica.....	28
3.3 Construção narrativa.....	30
4. ILUSTRAÇÕES.....	37
4.1 Notas biográficas <i>ou</i> percurso ao mundo do texto <i>ou</i> mimese I a II.....	37
4.2 Pequenas histórias	41
4.2.1 Neutralidade tête-à-tête.....	41
4.2.2 Psicose na tomografia.....	43
4.2.3 O homem que repetia.....	45
5. À GUIA DE CONCLUSÃO.....	48
5.1 Metáfora e metonímia	48
5.2 Desfecho.....	49
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

***À Rosana, que me fez acreditar
que é possível.***

AGRADECIMENTOS

À Rosana Onocko, pela presença maternal em minha vida. Pela orientação dedicada, paciência e afeto.

À Erica Zeni, sempre irmã, pelas inúmeras crises de riso compartilhadas.

À Elisa Secamilli, Anelise Campos e Mariana Salles, pela coprodução de incontáveis narrativas de amizade.

Aos grandes amigos petróleos: Fernando Garcia, pela mais honesta bondade que já conheci; Juliane Hortolam, porque é sempre um regozijo estar ao seu lado; Daniela Dantas e Gines Vilarinho, pela amizade sem fronteiras e pelo churrasco gourmet; lendário Átila Vendite, que vez ou outra ressurge das trevas para alegrar-nos com sua gargalhada (h)única.

Aos amigos Sabrina Stefanello, Deivisson Vianna, Vanessa Gimenes e Patrícia Negrão, pela presença e paciência nos demorados e incansáveis diálogos-refúgio nos momentos mais difíceis de minha formação. À Sabrina, em especial, pela sensível empatia, que me serve de modelo para a clínica.

À Iara Benini, pela amizade leal e afeto.

À Verônica Quiroga e à Mariana Abdalla, porque existe, sim, amizade à primeira vista.

Aos integrantes do grupo de pesquisa Interfaces. Em especial a: Marina Martins, pela competência sobrenatural ao ajudar e sorriso maroto ao compartilhar; Luciana Togni, pela coragem dialógica e política; Mariana Pereira, pelas discussões filosóficas em sala e em bar; Lilian Miranda, pela generosidade; Tatiana Scala, pelo carinho; Débora Pereira, porque a alegria pueril é incontestemente uma das maiores qualidades humanas; Tato Diaz, porque amizade argentina não é para qualquer um, é preciso ter tato; Thiago Trapé, por levantar os copos (e, sem dúvida, porque preferimos Caetano); Ana Luiza, por ajudar a construir o mito fundador deste grupo.

Aos deuses mitológicos, cujas histórias sempre instigaram minha imaginação.

*Quanto a mim, só sou verdadeiro quando estou sozinho.
Quando eu era pequeno pensava que de um momento para outro eu cairia
para fora do mundo. Por que as nuvens não caem, já que tudo cai?
É que a gravidade é menor que a força do ar que as levanta.
Inteligente, não é? Sim, mas caem um dia em chuva. É a minha vingança.*

Clarice Lispector, A Hora da Estrela

O TEXTO NARRATIVO NA PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE: REFERENCIAL METODOLÓGICO E INSTRUMENTAL

APRESENTAÇÃO

Não seria exagero afirmarmos que a história da narrativa se confunde com a história humana. Somos humanos na medida em que reconhecemos nossa trajetória e nossa inserção na história coletiva. Criamos nossa ficção pessoal e a ela chamamos vida, algo que transcende nossa presença física e existência biológica. A narrativa da vida se constrói pela não linear lembrança de tudo pelo que passamos, com as histórias que nos identificam, fatos que se desenrolam e dos quais nos lembramos. Narrativa é então a formalização – textual ou não – de uma experiência nossa ou de outrem com quem nos é permitida alguma alteridade. A narrativa se processa apenas pelo transcorrer do tempo e por intermédio da memória.

Poder-se-ia afirmar que o próprio ato de estudar seria uma artimanha inventada pelos homens para que se aprenda com experiências intelectuais de pessoas que tampouco conhecemos. Decorre daí que este processo estaria mais propenso às falhas da memória – essa presença do que nos é ausente, recorrendo a formalização já realizada por Platão, ou ainda, esse processo presente de rememoração em busca de lembranças passadas, definição usada por Aristóteles (RICOEUR, 2007). A analogia não é ao acaso, ao se efetivar um processo de pesquisa acadêmica, o objetivo teleológico é precisamente o de que outros possam se beneficiar das conclusões obtidas a partir de experiências, sejam estas do pesquisador que estabelece relações entre dados anteriormente díspares ou das pessoas pesquisadas as quais o estudo deu voz.

Ricoeur (2007) recupera de Sartre a diferenciação entre imaginação e memória. Para Ricoeur, a memória e o esquecimento seriam intermediários da recomposição de tempo em narrativa. Ocorre, entretanto, que a correlação direta entre imagens e memória corrobora a suspeita empírica e cartesiana que recai sobre a rememoração como metodologia nas ciências humanas. A imaginação seria derivada de percepções corpóreas enquanto a ciência considerada verdadeira derivar-se-ia do encadeamento lógico de ideias, gerando uma espécie de aporia na tradição fenomenológica (RICOEUR, 2007). Tudo ocorre como se o sensível não pudesse estar atrelado ao inteligível.

No campo da saúde, a formalização de narrativas pode ajudar-nos a tornar verossímil um percurso de tratamento ou de transformação em busca de melhor qualidade na vida. Pode evidenciar e corrigir lógicas errôneas de diagnóstico – que deve ser sempre uma hipótese passível de mudança e nunca definitivo por hipótese. Entrelaçamento de histórias naturais, sociais. Para o campo da saúde mental, esta confluência é ainda mais cara, tanto mais importante se tornam os aspectos não naturais.

Uma de nossas pretensões será traçar uma das histórias possíveis acerca do uso das narrativas em saúde, aprofundando-nos na área de pesquisa qualitativa em saúde mental. Analisaremos algumas experiências inovadoras surgidas da tradição da fenomenologia e da hermenêutica, buscando trazer à memória esta anamnese narrativa.

O primeiro capítulo traz um esboço do arcabouço científico das ciências sociais e da epidemiologia dentro do campo da Saúde Coletiva, buscando situar diferenças metodológicas em relação ao trabalho hermenêutico. Para elucidação e articulação dos diversos conceitos empregados recorreremos à variada gama de autores, concedendo-nos permissão de diálogos e intertextualidades.

Esse capítulo, de certa forma, contém todos os outros. Apresenta um breve panorama da pesquisa em Saúde Coletiva, situando-a na Saúde e na ciência. Certos conceitos sobre narratividade são esboçados neste momento para fins de

diálogo entre as áreas do campo. Ênfase deste trabalho, os princípios da hermenêutica de Ricoeur são aprofundados ao longo dos capítulos dois e três.

No segundo capítulo, empreende-se uma análise do pensamento ricoeuriano a respeito da memória. Esse aprofundamento em alguns de seus diálogos com pensadores clássicos tem o intuito de exorcizar o fantasma do descrédito na memória como parte de um fundamento científico. Nessa linha, a segunda parte discutirá os limites da influência cartesiana na ciência contemporânea. Pretende-se argumentar que esse espectro é menos ameaçador do que em geral supõem seus críticos, o que não significa a ele resignar-se, mas precisamente desconstruí-lo.

Finalmente, o terceiro capítulo aprofunda as noções de fenomenologia e hermenêutica crítica em Ricoeur. Explicitam-se os princípios teóricos de construção narrativa em geral e, em particular, as bases da reconstrução textual atualmente aplicadas em pesquisas no campo de Política, Planejamento e Gestão, especificamente em projetos da área da Saúde Mental.

O capítulo quatro é uma elaboração casual de alegorias que exemplificam a importância dessas questões para a práxis em saúde, em especial no que tange suas relações inequívocas com a ética. Essas ilustrações tentam amenizar a densidade conceitual dos capítulos precedentes e preparam o leitor para um desfecho possível.

O segundo objetivo, não menos importante e, de certa forma, o motivo central desse estudo será contribuir para a legitimidade da pesquisa qualitativa em Saúde. Não que esta modalidade metodológica efetivamente careça de legitimidade, senão que necessita, por motivos histórico-culturais, de publicações que reafirmem – e, se possível, criem novos – recursos retóricos que reiterem sua legitimidade. Confrontaremos a aporia entre o sensível e o inteligível na medida em que ainda que tenhamos frustrada a expectativa de que a memória possa ser aceita como modalidade de encadeamento racional de ideias, a execução deste encadeamento de ideias cuja temática é a memória necessariamente o será.

Podemos pensar a narrativa como recurso utilizado em todo tipo de pesquisa, já que a descrição da sucessão de eventos a partir da disposição dos materiais e métodos utilizados cria contornos de história, ainda que a dissertação se sobressaia na fase argumentativa característica das discussões. Entretanto, enfatizaremos a descrição de pesquisas que a usam com prioridade metodológica.

Considerando que toda pesquisa qualitativa tem sua finalidade realizada a partir do momento em que se dá sua utilização prática a partir de um texto publicado ou divulgado, estudar as nuances de sua aplicabilidade e da espiral de eventos que a efetivam será aprofundar seus mecanismos de elegibilidade. Poder-se-á usar este fundamento em dois níveis: o das pesquisas que utilizam a releitura textual como procedimento explícito para que se obtenham determinadas repercussões; e das pesquisas que utilizam o texto como mediador sem se aprofundar nas características epistemológicas desse processo.

Escolhemos como pensamento norteador as considerações do filósofo Paul Ricoeur (1913-2005), particularmente elaboradas nos livros: *Tempo e Narrativa* (RICOEUR, 1994a), *A Memória, A História, O Esquecimento* (2012) e o artigo *Documentos - Narratividade, fenomenología y hermenéutica*, publicado na revista *Anàlisi* 25 (p. 189-207, 2000) (RICOEUR, 2000). Justifica-se esta opção pela extensa bibliografia do autor fundamentando a pertinência do texto narrativo como mediador entre experiência e discurso, em um primeiro momento, e entre o texto produzido e a experiência revisitada.

1. PARADIGMAS E TRABALHO EPISTEMOLÓGICO: UM ENSAIO SOBRE TOLERÂNCIA E DISCERNIMENTO¹

A VERDADE DIVIDIDA

*A porta da verdade estava aberta
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade
porque a meia pessoa que entrava
só conseguia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso onde a verdade esplendia os seus fogos.
Era dividida em duas metades
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
E era preciso optar. Cada um optou
conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

(Carlos Drummond de Andrade, Contos Plausíveis)

1.1 Metodologia

Que haveria de comum entre o fio paradigmático das disciplinas do campo da Saúde Coletiva? E delas com a filosofia? Algo mais que o próprio fio, sem dúvida, não obstante com ele o elo pudesse se realizar. Será objeto desse capítulo não a junção entre filosofia e Saúde Coletiva, o que seria desvirtuar imprudentemente suas especificidades. Tampouco se pretenderá estabelecer em definitivo suas

¹ Versão preliminar publicada em: BACCARI, I. O. P. Paradigmas e trabalho epistemológico: ensaio sobre tolerância e discernimento. In: BESSA, M. L.; SILVA, R. M.; CATRIB, A. M. F. (orgs.) **A Transversalidade Epistemológica da Saúde Coletiva: Saberes e Práticas**. Fortaleza: EdUECE, 2013.

conexões possíveis, o que seria, por sua vez, restringi-las. Pretende-se sondá-las, pelo – e com – o limite da razão, por meio de nuances de narratividade, mais ou menos explícitas de acordo com cada pensador considerado. Não será um percurso a esmo, todavia, mas com a pretensão de relacionar e legitimar umas às outras categorias já consagradas no campo da Saúde Coletiva brasileira, porquanto tantas vezes não estabeleçam diálogo possível.

A sociologia surge em meados do século XIX, com Auguste Comte, a um só tempo fundador da sociologia e do positivismo (GIDDENS, 2005). Viu, com Durkheim, sua sistematização em uma linha organicista, em que tudo e todos se organizavam de maneira consonante a uma sociedade sistêmica (RODRIGUES e DURKHEIM, 1988); com Marx, a criação do materialismo histórico, com ênfase nas relações de classe como norteadoras das relações sociais (IANNI e MARX, 1982) e; com Weber, o reconhecimento de que pensar um todo social não seria possível sem considerar preâmbulos de individualidades (COHN, 1980; WEBER, 2001). Esta concepção consagrar-se-ia com a escola de Chicago e o interacionismo simbólico.

Weber afirma:

*A ação que especificamente tem importância para a sociologia compreensiva é, em particular, um comportamento que: 1) está relacionado ao sentido subjetivo pensado daquele que age com referência ao comportamento dos outros; 2) está codeterminado no seu decurso por esta referência significativa e, portanto, 3) **pode ser explicado pela compreensão a partir deste sentido mental (subjetivamente)** (WEBER, 2001). [Grifo nosso]*

Uma sociologia compreensiva não poderia recusar alguma vinculação legítima à filosofia hermenêutica. A hermenêutica, como método compreensivo de interpretação de textos, surge no século XIX no âmbito da esfera jurídica, da exegese bíblica e da filosofia clássica (ONOCKO CAMPOS *et al.*, 2013). Sua sistematização filosófica é anterior à corrente fenomenológica e contemporânea à circunscrição da sociologia como ciência. Dentre os filósofos desta corrente, destaca-se Gadamer, que cria o conceito de *história efetual* para afirmar a impossibilidade do cientista de transvestir-se em neutralidade: intuições, objetivos, técnicas cuidadosamente sistematizadas não serão suficientes para despir o

pesquisador de seu horizonte histórico e cultural. Não seria mais possível afastar-se da tradição, apenas questioná-la (GADAMER, 1997).

De que neutralidade trata esse diálogo? Daquela herdada pelo positivismo quando tenta, por meio da recuperação do discurso e do método de Descartes, estabelecer critérios racionais para a busca da verdade social? Ou daquela criada por Husserl quando, por meio da redução fenomenológica, reconhece a subjetividade e, no instante seguinte, arrasta-a para baixo do tapete? Aquela mesma Verdade platônica que ao homem não se apresenta, não obstante seja promessa exaustivamente buscada pelos homens de Prometeu... Haveria *uma* verdade e *um* método?

*Tanto pode o benefício
da Graça, que dá saúde,
que ordena que a vida mude;
e o que tomei por vício
me faz grau para a virtude;
e faz que este natural amor,
que tanto se preza,
suba da sombra ao Real,
da particular beleza
para a Beleza geral.*

*(Trecho de **Sôbolos rios que vão** - Luís Vaz de Camões)*

Observe-se nas redondilhas maiores de Camões que a promessa não se restringe às ciências, ela renasce diariamente com o fígado de Prometeu no espírito de cada homem pensante. Ora, o caráter racional de toda elucubração, disciplina – no sentido de campo de conhecimento, como conceitua Bourdieu (Bourdieu, 1992) –, poética ou argumentação banal é incontestável. O que se distingue dentre todos os pensadores não é a razão, mas o nível de irredutibilidade à crença de que existiria um método infalível por meio do qual se conheceria a verdade. Poderíamos, sem prejuízo, falar em racionalidades diversas.

Descartes escreve *Discurso do Método* em 1637. Seus princípios de verificação, análise, síntese e sistematização altercavam com o discurso dogmático da Igreja. Muitos de seus livros foram listados no Index da Inquisição (DESCARTES, 2012). Se alguns o consideram precursor da matemática moderna, Ricoeur considera a fenomenologia como reflexiva justamente porque se baseia no *cogito* cartesiano (RICOEUR, 2000; ONOCKO CAMPOS *et al.*, 2013). É por esse motivo que situa a hermenêutica como herdeira da fenomenologia e, ao mesmo tempo, seu “paraíso perdido”. A hermenêutica e a fenomenologia, para Ricoeur, consideram a consciência de si indubitável, sendo, portanto, cartesianas! (RICOEUR, 2000; ONOCKO CAMPOS *et al.*, 2013).

A segunda e a terceira premissas postuladas por Ricoeur em relação à hermenêutica é a de que ela é da esfera de influência fenomenológica e a de que dela se constitui variante hermenêutica. Para Husserl, seria necessário um *quantum* de sínteses ativas, realizadas pelo pesquisador, para transcender em direção ao objeto estudado. Não obstante, Ricoeur aponta para similar *quantum* de sínteses passivas essenciais à compreensão de cada uma daquelas. Assim, faz-se indispensável o movimento hermenêutico para qualquer formulação sintética. Trata-se de retomada do vínculo ontológico estabelecido por Heidegger – para que se possa julgar algo, é necessário pertencer a um mundo – e que rompe o ideário da fenomenologia (RICOEUR, 2000; ONOCKO CAMPOS *et al.*, 2013).

A partir disso, diz-se que Ricoeur supera a dicotomia entre compreender e explicar, anteriormente estabelecida por Dilthey no campo da historiografia. (RICOEUR, 1994a). Por outro lado, não se trata de afirmar que compreensão e explicação sejam movimentos intelectuais passíveis de sobreposição, mas que são dialeticamente interdependentes. Lembremos que o materialismo dialético afirmava a existência de bidirecionalidade intrínseca entre formação da sociedade e de seus indivíduos (IANNI e MARX, 1982). Aqui vemos o mesmo paradoxo: o homem social se determina no mesmo instante em que é determinado.

Os trabalhos de Durkheim descreveram uma sociedade desigual e funcionalmente organizada. Atrela-se assim à sistematização de uma civilização

hierárquica, com a qual é acusado de pactuar (RODRIGUES e DURKHEIM, 1988). Poderíamos atenuar, dizendo que a própria existência de descrição é condição *sine qua non* para o movimento posterior de reflexão e de planejamento de mudança. Marx descreve com perspicuidade a inter-relação social e econômica da sociedade de classes (IANNI e MARX, 1982). Falha ao tentar prever o futuro de uma revolução proletária que servisse de transição para uma sociedade sem classes – ao menos até o momento. É Weber quem, nas ciências sociais, realiza o movimento metodológico de aproximação entre explicar e compreender, embora por meio da neutralidade axiológica (BENTHIEN, 2005) – muito próxima à redução eidética² de Husserl. Ao criar cada tipo ideal (WEBER, 2001), a explicação sociológica faz uma síntese ativa, determinada pela correspondente síntese compreensiva e dela dependente.

Para Weber, a análise acurada permitiria depreender de um fenômeno, por meio de probabilidades, sua relação de causalidade. Se, por um lado, supera o paradoxo particular/Geral (BENTHIEN, 2005), permitindo delimitar nas ciências humanas a noção de reprodutibilidade teórica; por outro, depende das variáveis explicitáveis. Nesse sentido, poder-se-ia recorrer a Benjamin e sua perspectiva do historiador como trapeiro ou colecionador, em que pedaços de histórias não oficiais precisam ser buscados para a emersão de histórias privilegiadas (BENJAMIN, 1986; ONOCKO CAMPOS *et al.*, 2013). Em Ricoeur, toda narrativa não é senão uma forma de fazer surgir o inteligível do acidental (ONOCKO CAMPOS e FURTADO, 2008b), sempre será, portanto, passível de construção uma “história não (ainda) narrada”, mas que, se pode ser contada, é porque já está simbolicamente mediada (RICOEUR, 1994a). Temos, assim, um paradoxo teórico com a noção de generalização em pesquisa, parcialmente resolvido pela aleatoriedade amostral na área quantitativa e pela representatividade e saturação, na qualitativa (TURATO, 2005; FONTANELLA *et al.*, 2011).

² Eidética é um termo usado por Husserl para indicar tudo o que se refere à essência, trata-se do objetivo da investigação fenomenológica (ABBAGNANO, 2012).

1.2 Metodologia em Saúde

Em *O Nascimento da Clínica*, Foucault associa o estabelecimento da relação entre signos e sintomas para a definição de patologias ao movimento de transgressão à proibição aristotélica de incidência do discurso científico sobre o humano (FOUCAULT, 2004). Observe-se que Foucault usa o termo *signo* em sentido linguístico, ou seja, o de objeto ou fenômeno que aponta para algo diferente de si. Na linguagem médica, signo é aquilo que se mostra objetivamente – como uma mancha ou cicatriz – ao contrário do sintoma, que é uma percepção referida. Para Foucault, o signo médico é equivalente ao sintoma e ambos são signatários da reificação do indivíduo doente.

A linguista Kristeva, em interessante análise sobre a relação de Hannah Arendt e o Aristóteles da *Ética a Nicômaco* e da *Poética*, distingue os conceitos aristotélicos de *techné*, *phronêsis* e *praxis*. O conhecimento técnico (*techné*) seria aquele cujo aperfeiçoamento torna possível sua reprodutibilidade prática de forma cada vez mais eficiente. A *phronêsis* aproxima-se do conceito de prudência, no sentido de que é necessário ao homem pedir conselho a si próprio, por meio da reflexão e sua ética, para buscar a solução mais efetiva a determinado problema. É por meio da *phronêsis* que o homem grego toma suas decisões no agir prático entre outros homens (*praxis*) (KRISTEVA, 2002; ONOCKO CAMPOS, 2003).

O que argumenta Foucault é que a clínica nasce pela supremacia da *techné* sobre os sinais e sintomas, na medida em que ambos se tornam signos ontológicos de determinadas patologias (FOUCAULT, 2004). A correspondência foucaultiana entre sinais e sintomas, entretanto, não é sem consequências. Um sinal clínico, por exemplo um ferimento por arma de fogo, pode ser objetivamente tratado por uma cirurgia, com princípios norteadores prioritariamente técnicos. Já os sintomas são quase sempre multidirecionais e dependem inequivocamente do signo linguístico. Quer seja uma indisposição, uma dor ou uma angústia, será necessário expressá-la, fazer-se entender, em suma, será indispensável a operação entre explicar e

compreender. Qualquer tipo de intervenção clínica – e por intervenção entenda-se inclusive o diálogo – viável estará sujeita às mesmas dificuldades do pesquisador.

De que se trata então o dilema paradigmático na área da Saúde? De trazer a *phronêsis* ao epicentro da discussão, porque as ciências da Saúde agem com e sobre pessoas (ONOCKO CAMPOS, 2003). Quase inevitavelmente – observe-se que, mesmo uma cirurgia possui pré-operatório ou condições outras que determinam escolha dentre métodos, como idade e comorbidades – o problema da compreensão está dado como premissa. Talvez nisso resida o fato de o significado do termo *hipótese* em Saúde ser tomado da filosofia e não da matemática (HOUAISS, 2013). Não se trata de dados considerados verdadeiros, axiomáticos, de que se parte para provar um teorema. Antes, trata-se de uma conjectura que pode – e deve – ser modificada pela experiência.

1.3 Metodologia em pesquisa em Saúde

Há séculos, a física e a astronomia procuram incansavelmente por uma teoria geral da física (HAWKING, 1988; EINSTEIN, 1999; HAWKING, 2001). As leis de Newton são suficientes para a descrição dos fenômenos cotidianos. As leis de Kepler, para a descrição do movimento dos planetas. A relatividade geral de Einstein nada mais é que a generalização das leis de Newton que, entretanto, para ser verdadeira previa muito mais do que seria verificável naquele momento histórico (EINSTEIN, 1999). Muito do que se produz hoje no campo são tentativas de verificações práticas de uma ou outra das inúmeras consequências ou paradoxos de suas equações (HAWKING, 2001). O movimento epistemológico da física é claro: construção e aperfeiçoamento técnico das aplicações do que seria abstração matemática. Uma coleção de teoremas calcados em axiomas, portanto, a transposição de um sistema filosófico expresso em símbolos – a matemática – para a aplicação e o desenvolvimento tecnológicos. Uma boa situação particular que reproduz o movimento histórico da física é a chamada Lei dos Cossenos, de que o

Teorema de Pitágoras se tornou um caso particular. Em síntese, desenvolvimento nas ciências exatas está baseado na concepção de *abrangência*.

Já o caminho da Saúde é o caminho da *práxis* (KRISTEVA, 2002; ONOCKO CAMPOS, 2003; CAMPOS, 2011). Não será possível criar uma epistemologia geral da Saúde especificamente porque, em seu âmbito, intervenção adequada depende da *phronêsis* (KRISTEVA, 2002; ONOCKO CAMPOS, 2003). Quando se buscam mudanças sociais na macroestrutura que interfiram nas condições de vida e de saúde de uma população, o materialismo terá grande valia. Quando se busca aprimorar o trabalho clínico, a escuta ou a negociação de tratamentos, as correntes idealistas apresentam melhor fundamento, por estarem baseadas na subjetividade. Por outro lado, se se pretende aperfeiçoar uma máquina emissora de radioterapia, a física cartesiana – que não deixa de pertencer à corrente idealista – deve ser prioritária.

Todavia, esta questão é menos simples do que poderia parecer. Onde se enquadraria, por exemplo, o desenvolvimento medicamentoso? A farmacocinética e a farmacodinâmica são quase cartesianas, mas... E seus efeitos? Não dependerão sempre da sensação subjetiva de quem os aceita? Dependerão de uma compreensão sobretudo hermenêutica, pois que, se puramente fenomenológica, estaria pressuposto que o profissional fosse capaz de apreender o ser medicado em sua essência inequívoca, despindo-se o profissional de sua própria subjetividade, portanto, abdicando-se do diálogo. O desafio metodológico será fazer conversar o imanente e o transcendente. Desafio dialógico; por conseguinte, textual. Todas as correntes legítimas ao fundamento teleológico da Saúde concorrem para o objetivo final de melhorar a situação de vida dos indivíduos. O desenvolvimento nas ciências da Saúde realiza um movimento de *convergência*.

1.4 Metodologia em pesquisa em Saúde Coletiva

A Saúde Coletiva propõe-se a trabalhar com populações, com relações sociais e macropolítica que interfiram na saúde de seus indivíduos, com a

conceituação e aperfeiçoamento teórico do trabalho clínico, com a aplicação prática desses conceitos em grupos profissionais, com intervenções clínicas em casos complexos ou na presença de risco ambiental ou laboral, com medidas de promoção à saúde, com organização e planejamento de sistemas de saúde, com a gestão em saúde.

As técnicas mais utilizadas para coleta de dados epidemiológicos são entrevistas dirigidas ou livres, posteriormente digitalizadas com auxílio de programas estatísticos. O paradigma cartesiano é caro ao objetivo de quantificação descritiva e de estabelecimento de correlações e associações entre categorias não anteriormente relacionadas – categorias inclusive sociais. Tal como em outras situações que envolvam pessoas, a coleta de dados epidemiológicos subordina-se ao mesmo problema da compreensão, pois, como viu-se, não se trata de medir velocidades de partículas, mas de sistematizar informações que aos pesquisadores foram comunicadas. Observe-se que esse fato não é demérito, mas dilema intrínseco ao campo da Saúde e que deve ser sempre considerado.

Na pesquisa qualitativa, as técnicas e as metodologias são também variáveis, uma vez que amplas são as possibilidades de objetivos: conhecer em profundidade, avaliar conceitualmente, reconhecer novas perspectivas, intervir em grupos ou instituições, construir programas conjuntamente, dentre outras. Grupos focais e entrevistas abertas ou em profundidade são técnicas bastante usadas, assim como observação e observação participante. Do ponto de vista metodológico, grupos de pesquisa tem seguido linhas inovadoras, possibilitando o envolvimento de pessoas da comunidade com a definição e construção dos projetos formais de investigação e assim podendo viabilizar a amplificação do espectro de aplicabilidade de seus resultados, por meio de paradigma construtivista e participativo (ONOCKO-CAMPOS e FURTADO, 2006; FURTADO e ONOCKO CAMPOS, 2008; ONOCKO CAMPOS *et al.*, 2008a). Já intervenções diretas e com programação previamente determinada em grupos externos são realizadas com a metodologia da pesquisa-ação. À inclusão de diversos grupos de interesse dentre participantes de uma

pesquisa convencionou-se chamar avaliação de quarta geração (GUBA e LINCOLN, 1989).

A narrativa já é usada amiúde como técnica de mediação (ONOCKO CAMPOS e FURTADO, 2008b). As ciências sociais, a antropologia e a etnografia tendem a usar transcrições de entrevista como sinônimo de narrativas. Este recurso metodológico pode ser útil quando da aplicação do estudo depende a linguagem utilizada pelos indivíduos pesquisados, em suas nuances. As conclusões sintetizadas, todavia, não estarão isentas do processo hermenêutico realizado pelo pesquisador na organização do material. A proposta arqueológica de Foucault contribui com a ideia de *anonimato uniforme* dentre os textos de indivíduos que falam a partir de um mesmo campo do discurso (NUNES, 2002). Admite que o pesquisador influencia aquilo que estuda e é por este processo dialeticamente influenciado (NUNES, 2002). Mergulha na epistemologia do pensamento e se ela se faz aproximar do pensamento fenomenológico clássico ao colocar *entre parênteses* a verdade, também contempla Ricoeur – e, portanto, a hermenêutica – pela via do aprofundamento da temporalidade em sua dimensão textual.

Ricoeur propõe a retomada da *mimesis* aristotélica e sua expansão conceitual. O autor sugere que repetidas passagens pelo círculo hermenêutico não seriam improfícuas, pois se fariam sempre em uma altitude diferente de conhecimentos (RICOEUR, 1994a). Nas palavras de Gadamer: “quando se logra compreender, compreende-se de um modo diferente” (GADAMER, 1997). Pragmaticamente, utiliza-se a construção de narrativas provenientes de entrevistas e de grupos focais e sua reapresentação aos participantes das quais cada narrativa é originada como forma de fomentar o processo hermenêutico também entre os indivíduos pesquisados (ONOCKO-CAMPOS e FURTADO, 2006; FURTADO e ONOCKO CAMPOS, 2008; ONOCKO CAMPOS *et al.*, 2008a; CAMPOS *et al.*, 2009).

Tempo e narrativa são, para Ricoeur, categorias indissociáveis. A narrativa é possível pelo aprofundamento temporal e o tempo só pode ser narrado pela permanência da memória no tempo (RICOEUR, 1994a), memória que pode ser

impedida, manipulada, adiada (RICOEUR, 2007). As narrativas verossímeis da memória são o que permite ao homem dar-se conta de sua existência. É o tempo que permite à humanidade construir e estudar a sua história. Como uma *breve história do tempo?* (HAWKING, 1988). Quase. A diferença é que o estudo das partículas não depende da ética – apesar de que sua aplicação, sim. A *praxis* da Saúde e a pesquisa com pessoas dependem da *phronêsis*, o que tampouco impossibilita a construção narrativa de uma epistemologia que some metodologias e conhecimentos distintos com princípios éticos afins.

1.5 Síntese temporária

Retome-se a controvérsia da neutralidade e da premissa aceita provisoriamente de que se poderiam estabelecer elos paradigmáticos e fio condutor para tais conexões. Utiliza-se, nesse trabalho, o aprofundamento dialógico como cerne para discernimento do paradoxo imanência-transcendência e suas consequências para o trabalho em Saúde, em pesquisa em Saúde e em pesquisa em Saúde Coletiva. Propõe-se o uso textual como mediação bilateral do conhecimento em Saúde. Estabelecem-se devidas distinções entre os conceitos de *verdade* e de *neutralidade* dos de *ciência* e de *racionalidade*.

A dúvida hermenêutica de que fala Gadamer quanto à interrogação dos pressupostos (GADAMER, 1997) aproxima-se da dúvida clínica quanto à hipótese diagnóstica, da dúvida amostral e compreensiva das pesquisas, da dúvida das ciências. A ciência, diz Carl Sagan, é a única crença humana que possui em si própria a semente de correção de erros – e ele reitera: todas as doutrinas, inclusive a científica, estão sujeitas à falibilidade humana (SAGAN, 2006). Contestar a racionalidade por meios racionais – e o argumento é a forma mister de expressão humana – não haveria como fugir a um sofisma. O paradoxo que se coloca é se ser racional é um equívoco, isso precisaria ser demonstrado de forma não racional, o que nem mesmo as teorias sobre inconsciente o fazem – já que desenham

racionalmente técnicas com que se poderia ter acesso ao anteriormente inconsciente.

De forma geral, o que, em realidade, pretende-se com esse discurso mal articulado é criticar um tipo de racionalidade específica. Nesse sentido, qual paradigma faria jus a este descrédito? Todo aquele que se pretender único e definitivo, pois nesse ponto ele haveria já perdido seu fundamento de cientificidade, a saber, o de ser capaz de colocar-se em dúvida hermenêutica. No caso do trabalho e da pesquisa em Saúde, há ainda uma premissa: a de que qualquer ato passe imprescindivelmente pelo crivo da *phronêsis* (KRISTEVA, 2002; ONOCKO CAMPOS, 2003), pois a Saúde é uma *práxis* (ONOCKO CAMPOS, 2003; CAMPOS, 2011). Gadamer afirma que a aplicação desde sempre já está definida quando do destaque do objeto (GADAMER, 1997). Dessa forma, a Saúde Coletiva tem a particularidade de pretender resultados científicos que favoreçam o incremento das condições de saúde da população e das categorias ou variáveis que contribuam com esse desígnio.

Com respeito a esses pressupostos, muitas metodologias já existentes são úteis e muitas são passíveis de serem desenvolvidas. Tais premissas seriam aqueles elos, cuja existência se pretendeu demonstrar, entre diversos paradigmas no campo da Saúde Coletiva. O fio sugerido, por sua vez, é a construção textual e sua dimensão de interferência na tradição e nos conceitos que vão adquirindo *status* de Verdade. A respeito da falibilidade da ciência, Aristóteles, grande filósofo do século IV a.C. já aqui reverenciado, é por vezes alvo de mágoa contundente por parte de físicos. Isso se deve a que sua reputação era tamanha na Antiguidade e Idade Média que se lhe atribui que tenha sido necessário que se passassem 2000 anos para que Newton, no século XVII, ousasse contestar suas teorias no campo da dinâmica; teorias que, entretanto, eram equivocadas.

2. A MEMÓRIA, A PESQUISA, O CONHECIMENTO

2.1 Imagem e memória

Memória e imaginação. No livro *A Memória, A história, O Esquecimento*, Ricoeur (2007) recupera parte da história da definição desses conceitos e de como eles estariam intrinsecamente relacionados à problemática da fenomenologia husserliana. Poder-se-iam determinar graus de veracidade da memória? Como se dá e se distingue sua confiabilidade? Como e por que essa temática pode se tornar cara à epistemologia da pesquisa acadêmica contemporânea?

Para Platão, a memória é a *presença do ausente*. No diálogo com Teeteto, Sócrates cria a imagem do bloco de cera, em que a alma é marcada pelos acontecimentos de forma que, a depender da viscosidade da cera, haveria impressos no espírito rastros mais ou menos fidedignos. Mais tarde, substituiria essa metáfora pela do pombal, em que se distinguem as posses de pombos livres ou de presos em gaiolas, com o intuito de tentar discernir a capacidade prática de um conhecimento e o saber infértil que simplesmente se possui. Com isso, tenta-se estender o modelo para a memória das coisas abstratas (RICOEUR, 2007).

Aristóteles, em contrapartida, afirma que *a memória é do passado*. A *mnéme* é a lembrança, coisa em si, enquanto *anamnésis* é o processo de rememoração em busca da lembrança (RICOEUR, 2007). Há notável diferença quanto à abordagem temporal: se em Platão o passado remonta ao mundo das Ideias, do qual a alma imperfeitamente lembrar-se-ia, em Aristóteles o problema que se dá é a correspondência da memória com aquilo que se passou em um tempo que pode inclusive ser, ou melhor, *ter sido* imediatamente antes. A memória passa a ser uma patologia, uma afecção corporal que alude ao que se passou, que é a lembrança.

Ricoeur (2007) reconstitui o dilema da distinção da imaginação e da memória. A noção de imagem presente na metáfora da cera contribui para à (quase?)

inevitável contaminação da memória pela imaginação. Platão definira a ideia de simulacro – *phantasma* – que seria a cópia imperfeita, portanto, falsa (imaginação), em oposição ao *iekós*, cópia verdadeira (memória). Difere-se assim a arte mimética da arte eicástica, enveredando por uma aporia sofisticada: aquilo que se parece, não é; de tal forma que se tornaria necessário o conceito de não-ser. Mas... Para Platão, todo nosso mundo é o mundo das sombras.

Em Aristóteles, *por quê* parece ter menos importância do que *como*. A questão agora seria de que maneira poderíamos distinguir memória do que se passou da imaginação que se cria. É na consciência temporal que se marca esta diferença. Sabemos que algo é lembrança pela sua inscrição no passado e a memória seria o recurso que dá aos homens a condição de poder buscá-la, enquanto a reminiscência seria sua aparição espontânea no presente (RICOEUR, 2007).

Esta solução aparentemente não considera que temos o poder de lembrarmos de algo outrora imaginado. Entretanto, se não resolve o problema da veracidade da lembrança, o destaque da percepção temporal inscreve certa tipologia da memória, com recursos importantes para sua plausibilidade. Ricoeur dirá em outro momento que a memória está atrelada a um lugar e um tempo. Esta observação pode contribuir para a possibilidade de distinção da lembrança de simples dejavu.

Segue-se que, se para que ocorra memória são necessários a passagem do tempo, um lugar definido e algo que ocorre e de que nos lembramos, pode-se concluir sem prejuízo que a memória é narrativa. Mesmo o aprendizado do saber abstrato remete à determinada circunstância em que a apreensão ocorreu e que preenche critérios que não são dissertativos. Talvez seja arriscado, porém plausível, que se considere toda dissertação um recorte de uma narrativa maior. Uma narrativa *minha* ou *nossa*, em que as lembranças são do passado e a memória é do presente. Observe-se que a memória não fala em terceira pessoa. O sujeito verbal pode ser indefinido, ou oculto, ou indeterminado e, mesmo a oração dita sem sujeito fala das impressões de alguém a respeito de algo, portanto apenas uma pretensa

omissão. Somos responsáveis pelo encadeamento ou mera justaposição de lembranças por meio de nossa memória.

Ricoeur introduz certa polaridade entre os conceitos de hábito e memória, evocação e recordação, repetição e rememoração. Assim hábito, evocação e repetição são conceitos que tendem à mudanidade, em oposição à memória, recordação e rememoração que tendem à reflexividade. Essa gradação apontaria um polo mais passivo (realizado mecanicamente ou pela percepção que advém à consciência) e outro mais ativo (que requer investimento) (RICOEUR, 2007). Poderíamos nos perguntar se a esta oposição não se presume certa tensão para a fenomenologia husserliana. Ora, Husserl propõe uma metodologia reflexiva (transcendente) por meio da qual se alcançaria o imanente, logo, algo da esfera da mudanidade.

E interroga-se quanto ao enigma do esquecimento: seria um “impedimento provisório” ou um “apagamento definitivo”? (RICOEUR, 2007). É prudente considerarmos que algum impedimento provisório é necessário para a própria constituição humana. Se, em uma situação hipotética, pudéssemos ter simultaneamente todas as lembranças de nossa vida, de todos os acontecimentos, todas as situações, percepções, aprendizados, reflexões anteriores, se, enfim, fosse-nos possível aceder a tudo aquilo que vivemos até hoje, o que seríamos?

Certamente viveríamos mergulhados em um caos de lembranças em que o pensamento formal não existiria. Contar uma história só é possível quando se elege determinada associação de ideias, o que significa excluir todas as demais – ainda que outras histórias possam (e devam) ser contadas e consideradas posterior ou anteriormente. Há quem considere que Funes (BORGES, 1972) era uma personagem pouco inteligente, ainda que potencialmente vivesse acometido da patologia caracterizada pela ausência do esquecimento, ou ainda pelo excesso de lembranças – lembranças sem memória, seguindo a tipologia aqui descrita. (E, todavia, chamado memorioso).

Poderá assim a memória ter a pretensão de veracidade? Pretendemos demonstrar que sim, ou que pelo menos esta é de fato nossa única possibilidade.

O problema não se esgota no historiador que busca rastros e conta sobretudo com testemunhas para reconstruir o passado. Não um passado qualquer, mas aquele que ganhará o estatuto de *fato*. O fato ou acontecimento histórico será ensinado a outras gerações e objeto de comemorações.

Ricoeur comenta a obra de Casey a respeito da prioridade do espaço na noção de memória. Casey considera memoráveis os lugares que já habitamos; já aqueles por que apenas passamos seriam habitáveis e nossa memória os recupera não por si próprios, mas pelo que presenciamos e que se sucedeu nesses locais. Para os fatos históricos, o local tem importância crucial. Ricoeur assinala como nesses locais ocorrem comemorações, que poderão ou não remeter ao próprio significado do acontecimento que o gerou ou perder-se na sucessão habitual da mudanidade (RICOEUR, 2007).

Ricoeur reconhece ainda a contribuição da filosofia descritiva de Husserl, em que se distingue *lembrança*, apoiada na representação, de *percepção*, na qual os objetos se apresentam por si. Já a *intuição* não é objetual. Dois mundos são apresentados: o da experiência e o da fantasia. Com isso, cria-se oposição entre *apresentação* e *presentificação* (RICOEUR, 2007).

Bergson afirmara que para evocar o passado seria necessário prescindir do presente, o que equivaleria a sonhar. Ao discernir a “memória que revê” da “memória que repete”, estabelece o papel da imagem na lembrança como uma ação intermediária entre a lembrança pura e aquela evocada por meio de imagens. Este autor vai além, criando uma gradação entre os eventos de *ficção* à *alucinação* – caracterizando espectros da imaginação – e os de *lembrança-pura* e *lembrança-imagem* – que caracterizam, por sua vez, espectros da memória (RICOEUR, 2007).

É em Sartre que o conceito de *alucinação* se aprofunda, tomado como “patologia da imaginação”. Ricoeur afirma que a característica da lembrança, em oposição à imaginação, é precisamente o poder de reconhecimento da memória. Assim, o trabalho epistêmico da memória é identificá-la como pertencente a um lugar e a um tempo determinados. Note-se certa oposição a Bergson, para o qual a

lembrança pura seria espontânea e perfeita. Ricoeur, apoiado em Sartre, defende uma concepção pragmática da memória (RICOEUR, 2007).

Sartre reconhece o caráter mágico da imaginação, “é um encantamento destinado a fazer aparecer o objeto em que estamos pensando, a coisa que desejamos, de modo a podermos tomar posse dela”. Portanto, trata-se de obsessão pelo ausente, pelo proibido, pela necessidade que se lhe escape. A esse respeito, Ricoeur assinala a *fidelidade* como conceito-chave para a busca da verdade. E afirma: “a obsessão é, para a memória coletiva, aquilo que a alucinação é para a memória privada” (RICOEUR, 2007).

Atentemo-nos à questão da veracidade. Qual a última instância de confiabilidade de uma informação senão sua fonte? A narrativa subordina-se à memória. A memória subordina-se a um *quem*. Quer se trate de um fato histórico, de uma novidade científica, de algo que se passou com nossos conhecidos. A memória objetiva um *quê*. A compreensão dos processos pelos quais uma informação se desenvolve em outra, ou seja, a associação de ideias ou de acontecimentos realizada pelo *quem* e que estabelece uma intriga ou um silogismo é verossímil?

Creio que o leitor esteja realizando essas duas operações agora, que nada mais são do que julgamentos. Observe-se que não se trata, todavia, de julgamento moral. Trata-se de confrontar a informação imediatamente recebida com aquela passível de ser recuperada pela memória neste momento e submetê-la ao crivo dos preconceitos, ou seja, daquelas informações que se tornaram verdades pessoais. Em suma: encontrar o mundo do texto ricoeuriano e com ele confrontar o horizonte histórico gadameriano.

O processo pelo qual conhecemos todas as coisas está desde sempre subordinado à memória. A pesquisa acadêmica estabelece e aprimora métodos para o conhecimento, quer seja de fatos históricos, de leis que regem o mundo natural e o corpo humano, de formas de melhorar a saúde das pessoas. Quaisquer que sejam os métodos de escolha, as informações ou dados reconhecidos passarão por um intervalo temporal entre observação ou reflexão e a apresentação para

determinado público. Passarão ainda por alguma forma de interpretação ou associação de ideias que dê à observação realizada um formato inteligível. Uma narrativa será eleita em detrimento de todas as outras, quer porque as demais seriam aparentemente inverossímeis e por isso não foram publicadas, quer porque os mesmos vieses se apresentaram em várias reproduções de experimentos controlados, quer porque nem todos os presentes nas circunstâncias dos acontecimentos puderam deixar rastros que retomassem sua importância histórica, quer porque a obsessão científica se detenha em garantir que determinada informação permaneça verdadeira. Não há conhecimento aprioristicamente livre das aporias da memória e da imaginação.

Note-se que pesquisas que utilizam metodologia quantitativa atribuem nível de valoração metodológica maior para estudos clínicos randomizados, coortes e casos-controle em detrimento de estudos transversais. Não poderiam, dessa forma, abdicar da temporalidade da narrativa, uma vez que os fenômenos da memória estão ainda mais estendidos exatamente nas pesquisas a que se dá maior credibilidade.

Seria possível propor-se, portanto, metodologias de investigação que garantissem maior nível de veracidade à memória necessária? Na pesquisa histórica isso é possível por meio da valorização também das histórias não oficiais, das narrativas dos cidadãos comuns, do herói imprevisto. Trata-se, por conseguinte, da busca de narrativas originais. E não seria essa a busca da pesquisa qualitativa quando trata da saturação? Para a análise das pesquisas qualitativas torna-se fundamental o aprofundamento da narratividade e de seus níveis temporais; para as quantitativas, considerar a narrativa como presença inevitável (não seria exagero dizer que os quantitativos possuem um problema a mais).

Por fim, há a questão do simulacro. Qual o limite da arte mimética na obtenção da verdade (talvez perdida pela impossibilidade de configuração de uma arte eidética absoluta – ou seja, uma representação quase fotográfica pela imitação eicástica concebida pela arte). A concepção de simulacro platônica estava identificada como sofística, no sentido de equivocada. E há que se questionar como

a filosofia da escola de Protágoras transformou os sofistas de professores de sabedoria a manipuladores da oratória e, de tal maneira, que de seu adjetivo derivou-se um segundo significado, pejorativo. Este destino não estava dado. Pode-se aprofundar a oratória com a finalidade de que o discurso seja claro aos interlocutores... Ou pode-se fazê-lo com a intenção de enganá-los.

Chegamos à premissa maior a que Ricoeur nos dispõe: se não houver intenção de veracidade, o dilema da memória deixa de existir; não por ingenuidade, mas por princípio. O turbilhão de todas as lembranças reunidas não são capazes de enredar uma só ideia. Há de pressupor-se um *alguém* a quem caberá a terrível missão de ordená-las. De forma inteligível, verossímil, narrativa. Para a evolução do conhecimento tornar-se-ia útil não atribuir a nenhuma narrativa em particular o estatuto de obsessivo fato histórico.

2.2 Outro discurso sobre o método; outro método pelo discurso

A memória tratada por Santo Agostinho vinculava-se mais ao que seria fundamental, do que ao acontecido. Com a escolástica, sofreu as marcas da moralização, sem deixar, entretanto, de ser rigorosamente categorizada como uma das partes da retórica e de ser constitutiva da virtude da prudência, em uma óptica aristotélica comentada por São Tomás de Aquino. A terceira modificação conceitual, de que nos fala Ricoeur, deu-se com a pretensão de domínio do mundo inteligível por parte dos renascentistas (RICOEUR, 2007). Questiona-se Ricoeur:

Se, de fato, a dúvida metódica induz uma rejeição refletida de toda pedagogia pela memória, e nesse sentido, implica certa estratégia de esquecimento, a regra da recapitulação do Discurso Sobre o Método não constitui um uso metódico da memória, mas de uma memória natural libertada de toda a mnemotécnica? Não se pode, da mesma forma, falar de esquecimento esclarecido, segundo o espírito das Luzes? (p. 82)

Cabe, neste ponto, discernir certa apologia da dúvida realizada nesta dissertação daquela proposta por Descartes. Seria exagero afirmar que o livro-mãe

das ciências modernas, um pouco mais à frente identificado ao positivismo, tem caráter extremamente subjetivista? Ora, o *Discurso* constitui uma espécie de autobiografia, um enovelado de opiniões em primeira pessoa que, partindo da observação livre do autor sobre questões de sua vida, impeliram-no a criar um método para lidar inicialmente com suas questões pessoais.

No início da terceira parte, Descartes conclui que, uma vez que não tem como ter garantia de suas próprias convicções, o melhor a fazer seria admitir provisoriamente a opinião dos reconhecidamente mais sensatos dentre aqueles com quem convivia. Isso lhe pouparia esforço e discussão. Segue-se sua segunda máxima, de seguir de forma firme e resoluta as opiniões de outrem considerados sensatos. A terceira era a de tentar sempre modificar a si mesmo e não ao mundo, considerando que teria a capacidade de alterar seus desejos (DESCARTES, 2012).

Com tais pressupostos, cria a metáfora de um arquiteto que, antes de demolir sua antiga casa para construir outra conforme seus propósitos, precisa de um local provisório para morar (DESCARTES, 2012). Trata-se de uma moral provisória: tudo se passa como se se devesse viver sem duvidar de nada para que se possa, em segredo, de tudo duvidar até que se alcance uma certeza indubitável sobre algo, cuja garantia de veracidade lhe isenta de futuras dúvidas.

Recuperemos os quatro preceitos do método. Primeiramente, nada deve ser aceito como verdade, a menos aquilo que pareça tão claro que não há como se duvidar – trata-se do princípio da *evidência*. Em seguida, todas as dificuldades encontradas devem ser cuidadosamente divididas em tantas frações quanto possível – chamaremos de princípio de *análise*. O terceiro é sempre pressupor-se uma ordem que vá do mais simples ao mais complexo – *ordenação*. O terceiro diz que devem ser feitas tantas revisões e tão gerais para que haja convicta certeza de que nada se omitiu – princípio da... *Onipotência*?

Antes de pensarmos na natureza desse método, consideremo-lo quanto à viabilidade de seus preceitos. Se a primeira verdade que sua aplicação alcançou foi a de existir, a segunda foi concluir a existência de um deus. Tentemos não nos enveredar pela questão da espiritualidade: ateus, agnósticos e crentes

culturalmente diversos provavelmente concordarão que sua crença se trata de uma experiência pessoal por excelência. Isto vale para além: as únicas coisas de que podemos ter absoluta certeza são os nossos sentimentos e percepções, mas atenção: estou certo de minha sensação sobre algo, mas nunca de que este algo realmente tenha se passado da forma como sinto ou percebo. Ainda que o sinta de forma indubitável. O substantivo *evidência* se modificou ao longo do tempo, significando originalmente “aquilo que não dá margem a dúvidas” para, mais recentemente, “o que indica a existência de algo; sinal”. (E a quais evidências se refeririam a Medicina Baseada em Evidências? Se houver pretensão de cientificidade, o único significado possível será o segundo...)

A análise faz parte do repertório científico tanto quantitativo quanto qualitativo e trata-se de um legado de aquém da antiguidade. A ordenação nos foi herdada de forma semelhante, embora seja discutível a exequibilidade da progressão simples-complexo. O adjetivo *complexo* significa “que se compõe de elementos diversos relacionados entre si”, portanto poderíamos definir por complexo aquilo que ainda não foi plenamente analisado. Se a análise pudesse ter sido realizada ao limite, teríamos uma sequência de elementos simples. O problema se impõe pelo fenômeno da sinergia, já que há características que só existem para cada elemento particular quando eles estão juntos – e isso se passa com pessoas... mas também com átomos!

Por fim, aquilo que foi jocosamente denominado *onipotência*. Que visão poderá ser tão ampla para que nada lhe escape? E que re-visão não delirante poderia dar a alguém a convicção de que teve conhecimento de tudo que se fez, se sabe ou se entende sobre dado assunto? O leitor pensará: não poderemos saber tudo, mas seria interessante pesquisar o máximo de estado da arte antes de entregarmo-nos à tarefa de síntese. Pode-se até mesmo aproximar este limite da noção de saturação na pesquisa qualitativa: nada me poderia garantir que a vigésima quinta entrevista repetirá o conteúdo aproximado das últimas vinte e quatro, ainda que as últimas dez o repetiram, senão que isto seja provável. Entretanto deslocamo-nos da noção de convicção para a de probabilidade.

Isso nos leva ao encontro da reflexão sobre a natureza do método cartesiano, que deixamos em suspenso. Essa natureza a si mesma trai ao tentar objetivar suas conclusões por meio da evidência subjetiva. Incontestemente natureza subjetiva. Sua apologia de dúvida se esvai ao confrontar-se com a certeza das próprias conclusões. Vejamos duas derivações possíveis:

Na primeira, supomos os preceitos válidos de forma parcial, ou seja, consideremos que ao buscar *sinais* de evidências, analisá-las, ordená-las e compará-las *com aquilo que se conseguiu conhecer de outras fontes* poderemos ajudar no avanço do conhecimento científico, produzindo uma verdade *temporária*. Se isso é razoável, o problema do método estava no discurso, pois para torná-lo verossímil, retiramos dele a onipotência.

Na segunda – e na esteira de Kant – os preceitos não são factíveis pela extrema objetividade presumida no movimento de transcendência. Isso se acentua quando do propósito de Descartes de aplicar seu método para todas as verdades, não apenas às objetivamente mensuráveis em categorias pré-definidas. E, para este caso, o problema do discurso era o método.

Retornemos à questão proposta por Ricoeur, buscando agora certa aproximação ao idealismo cartesiano. O legado de Descartes que nos parece fundamental é sobretudo o uso da memória metódica, a que se soma, segundo Ricoeur, certo uso metódico do esquecimento. Quanto ao elogio da dúvida aqui adotado, aproxima-se mais à maiêutica socrática, que pressupõe a exposição e discussão pública como fundamentais à construção do conhecimento.

3. O TEXTO NARRATIVO

3.1 Narrativa, tempo e verdade

Dentre as diversas maneiras de entender-se conceitualmente a narratividade, Ricoeur destaca seu caráter de reciprocidade: tudo o que se pode narrar irá desenvolver-se em relação ao tempo; sem embargo, tudo o que transcorre no tempo será passível de ser narrado. Tal é a qualidade temporal das experiências humanas, que essa será mesmo a característica que aproximará da ficção a história. Para o autor, a trama entre referência indireta ao passado e a referência produtora da ficção deve estar articulada para que seja possível refigurar com profundidade a experiência temporal humana (RICOEUR, 2000).

Para a narrativa acontecer, será necessário uma trama de fatos que se disponham de forma inteligível, o que nos parece se aproximar da verossimilhança. Isso se dá quando os acontecimentos deixam de ser meros incidentes para tornarem-se componentes narrativos. Ricoeur (2000) assinala que o que caracterizará um começo não será a ausência de acontecimentos anteriores senão a mera desnecessidade de descrevê-los para que o que virá depois torne-se compreensível e sem conteúdos pendentes.

Tratando das tipologias narrativas, Ricoeur considera a metáfora uma figura de linguagem para além de sua classificação literária como figura de palavra. Toda criação narrativa seria um “criar com regras”, ou seja, a elaboração de um processo singular sobre algo já sedimentado, o que significa ceder ao fato de que nada é completamente original. A novidade da metáfora estaria, para o autor, além da modificação do sentido atribuído a determinado termo, mas exatamente em sua relação inovadora em relação aos demais elementos da frase, tratar-se-ia, portanto, de uma predicação inesperada. Por meio da metáfora, torna-se factível uma nova pertinência semântica (RICOEUR, 2000).

É tratando da metáfora que Ricoeur suspende a dicotomia entre compreender e explicar para pôr em seu lugar uma dialética compreender-explicar. Se compreender é refazer a operação discursiva que comporta a alteração semântica, então a explicação será sempre secundária à compreensão, mas também dela dependente. É dessa forma que a ficção se torna capaz de refazer a realidade, na medida em que o texto pode provocar abertura intencional de seu mundo, um mundo do texto. Afirma o autor que o mundo do texto intervém no mundo da ação para configurá-lo ou para transfigurá-lo (RICOEUR, 2000).

Se a função poética da linguagem volta sua ênfase à mensagem em si, a função referencial enfatiza a questão descritiva, configurando para a linguagem dois tipos de movimentos, respectivamente, centrípeto e centrífugo. Por meio de composições intermediárias a esses movimentos torna-se possível a transfiguração do real. A função dessa transfiguração permite que se possa abandonar a distinção entre *realidade* e *realidade empírica* e entre *experiência* e *experiência empírica*, de forma que o conceito de verdade seja reconsiderado, expandindo-se para além da experiência lógica e sua verificação: a pretensão de verdade se volta então à ação transfiguradora da ficção. Trata-se, sobretudo, de uma função hermenêutica.

3.2 Fenomenologia e hermenêutica³

Ricoeur organiza a definição de hermenêutica em torno de três critérios: 1. Trata-se de uma filosofia reflexiva. 2. Está na esfera de influência da fenomenologia. 3. Pretende-se uma variante hermenêutica da fenomenologia (RICOEUR, 2000).

Vejamos: ela é reflexiva porque nasce do *cogito* cartesiano, sofre influência de Kant e da filosofia francesa pós-kantiana: já que o pensamento pode acompanhar todas as operações e a consciência de si é indubitável e almejada (tanto pela fenomenologia quanto para a hermenêutica). Reflexiva porque por ela

³ Versão preliminar em: ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa *et al.* Narrativas no estudo das práticas em saúde mental: contribuições das perspectivas de Paul Ricoeur, Walter Benjamin e da antropologia médica. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, Oct. 2013.

buscamos a compreensão de nós mesmos como sujeitos de nossas operações cognitivas, volitivas, estimativas, com clareza intelectual e responsabilidade moral (RICOEUR, 2000).

Quando Husserl concebe a fenomenologia, atribui-lhe não somente características metodológicas, mas fundamentalmente dá contornos a uma maneira descritiva de *articulações fundamentais da experiência*, que se firmam em um estado de completa clareza intelectual: por meio do processo de *redução*, a pergunta fica excluída ao se pôr entre parêntesis. Ricoeur lembra, entretanto, que, se para Descartes, toda tentativa de transcendência é duvidosa ao mesmo tempo em que a imanência do eu é indubitável, então a fenomenologia será necessariamente reflexiva. Ora, nesse sentido, conhecer o noema sem intermédio da noese torna-se tarefa impraticável, o movimento infinito de sínteses ativas de que nos fala a fenomenologia dependerá ainda de um *quantum* infinito de sínteses passivas: a fenomenologia carece da hermenêutica, da mesma forma que a hermenêutica depende da fenomenologia, por ser dela descendente. Há algo que sempre será pressuposto e que se constitui em *paraíso perdido* da fenomenologia e em possibilidade resgatada da hermenêutica. Por outro lado, a hermenêutica estará fadada à influência reflexiva de sua gênese fenomenológica (RICOEUR, 2000).

Ainda que o surgimento da hermenêutica esteja relacionado ao entrelaçamento das técnicas de interpretação da exegese bíblica, da filosofia clássica e da jurisprudência, portanto, não diretamente relacionada às questões da fenomenologia, Ricoeur constrói o percurso que nos permite considerar a hermenêutica reflexiva e da esfera fenomenológica e ainda constituí-la em variante hermenêutica da fenomenologia. Desde Heidegger, torna-se condição à filosofia o estabelecimento de um vínculo ontológico mais primitivo a que se subordina a relação sujeito-objeto. A redução deixa de ser um gesto primário para compor-se em significado epistemológico secundário, já que estamos previamente no mundo para poder julgá-lo e submetê-lo a determinado domínio. Assim, a hermenêutica pós-heggeriana se faz herdeira da fenomenologia e é, a um só tempo, sua inversão

e sua realização: a hermenêutica se emancipa do idealismo que Husserl tentou atribuir à fenomenologia (RICOEUR, 2000).

Para Ricoeur, o problema de submeter-se um texto à compreensão não se distingue do da compreensão de qualquer objeto, mas constitui-se em uma particularidade. Soma-se a isso o que o autor denomina *tríplice autonomia do discurso*: em relação à intenção do locutor, à recepção do leitor e ao contexto histórico – social, econômico e cultural – de sua produção. Com isso, a tarefa da hermenêutica será buscar a lógica estrutural da obra e a capacidade desta obra de projetar-se dando lugar a um mundo. Depende assim de uma dinâmica a um só tempo interna e externa, que pressupõe compreensão e explicação (RICOEUR, 2000).

Defendendo uma necessária dialética entre compreender e explicar, Ricoeur se opõe às ilusões tanto de compreensão intersubjetiva imediata quanto de que a análise estrutural dos signos isoladamente possa encerrar-lhe em alguma objetividade. E assinala que o discurso tem sempre a pretensão de fazer emergir um mundo, quer seja uma experiência ou uma forma de viver e nele estar. Algo já existente e que pede lugar à linguagem, aproximando-se das concepções de Heidegger e de Gadamer (RICOEUR, 2000).

3.3 Construção narrativa

A temática da narratividade foi abordada por Paul Ricoeur também em sua trilogia *Tempo e Narrativa*. No primeiro tomo, ele apresenta suas percepções a respeito da temporalidade como componente característico da narração, concomitante ao fato de que a narrativa mesma seria instância que sustenta a experiência temporal de forma indubitável. Assim, superaram-se as aporias formuladas por Santo Agostinho a respeito da existência do tempo: passado, presente e futuro coexistem em um texto escrito, para além da distensão da memória e da intenção do leitor. A noção de intriga, resgatada de Aristóteles, seria o outro componente fundamental à narratividade (RICOEUR, 1994a).

Como metodologia de pesquisa qualitativa em Saúde Mental utilizam-se esses fundamentos por meio da operação de categorias ricoeurianas. Na *Poética* de Aristóteles, Ricoeur busca o conceito de *mimesis* como imitação da vida pela *praxis* e sistematiza a forma como a produção textual retorna ao mundo que a originou e o modifica. Define mimese I como as “histórias não (ainda) narradas”, mas que se podem ser contadas é porque já estavam simbolicamente mediadas. Mimese II é definida como a produção textual originária dessas histórias e, por fim, mimese III representa as novas histórias da vida influenciadas pelo contato com a mimese II (RICOEUR, 1994a; 1994b; 1994c; ONOCKO CAMPOS e FURTADO, 2008b).

A oposição existente entre epopéia e romance não inviabilizaria uma análise que reúna todas as obras que, de uma forma ou de outra, aproximam-se de uma *mimesis da ação* sob o título genérico de narrativa de ficção. Isso porque a maioria das informações que recebemos no mundo é por meio de um ouvir-dizer. O ato, a arte de narrar estão imbuídos na realidade das mediações simbólicas, constituindo uma pré-compreensão do narrativo que é chamada *mimese I* (RICOEUR, 1994b).

A composição da intriga seria o outro componente comum, de forma que Ricoeur devolve à literatura algo outrora emprestado para a história, apontando na semiótica a observação de um marcado paralelismo entre a epistemologia da explicação histórica e a da gramática narrativa. A dissimetria aparente se reservaria então à questão da verdade (RICOEUR, 1994b).

A *mimese II* relaciona-se diretamente à definição aristotélica de “composição regrada de uma fábula”, em um mecanismo de configuração simétrico na narrativa histórica e ficcional (RICOEUR, 1994b). Mimese II é, portanto, eixo central, que conduz a faculdade de mediação do antes ao depois do texto, por meio da inteligibilidade, um processo concreto de configuração textual pela mediação da prefiguração à refiguração. Trata-se da configuração temporal do aristotélico *muthos*, a intriga, o *agenciamento dos fatos* (RICOEUR, 1994a).

O direito à verdade, todavia, será posteriormente reivindicado à ficção quando o autor propõe uma teoria da leitura:

Na medida do poder que tem a obra de detectar e transformar o agir humano; do mesmo modo, apenas depois da teoria da leitura é que a contribuição da narrativa de ficção à refiguração do tempo poderá entrar em oposição e em composição com o poder da narrativa histórica de dizer o passado efetivo. Se nossa tese quanto ao tão controvertido problema da referência na ordem da ficção tem alguma originalidade, é na medida em que ela não separa a pretensão à verdade da narrativa de ficção dessa mesma pretensão da narrativa histórica e esforça-se em entender uma em função da outra.

(RICOEUR, 1994b, p. 277)

A *mimese III* ocorre justamente no âmago dessa teoria, a partir do momento em que há o entrecruzamento do mundo do texto com o mundo da vida do leitor, permitindo uma refiguração da realidade. Ricoeur sublinha o caráter incontestável de circularidade entre as mimeses, mas refuta a possibilidade de um círculo vicioso. Antes, faz analogia a uma espiral sem fim, na qual a mediação faz passar várias vezes pelo mesmo ponto, mas sempre em uma atitude diferente:

A acusação de círculo vicioso procede da sedução por uma ou outra de duas versões da circularidade. A primeira sublinha a violência da interpretação, a segunda, sua redundância.

(RICOEUR, 1994a, p 125)

Observe-se que a narrativa encontra seu sentido pleno apenas quando é restituída ao tempo do agir e padecer, de tal forma que a *mimese III* corresponde ao que, na hermenêutica de Gadamer, é chamado de *aplicação* e, na Poética de Aristóteles, sugerido como *mímesis práxeos*. O ato de leitura torna-se um operador entre *mimese III* e *mimese I*, de forma que a *mimese III* realiza a transformação do texto em obra pelo entrelaçamento de duas abordagens, o *Ato da leitura* e a *Estética da recepção*; realiza, portanto, a intersecção entre o mundo do texto e o mundo no qual a ação se desdobra em sua temporalidade (RICOEUR, 1994a), exigindo do leitor certo dever de emulação.

São esses conceitos que norteiam a produção textual a partir da gravação de entrevistas ou de grupos focais, uma vez que os pesquisadores criam narrativas que retornarão aos sujeitos do discurso. Esses, por sua vez, poderão validá-las, atendendo ao objetivo da pesquisa, mas ainda terão que se haver com as ressonâncias de seus próprios textos, atendendo à aposta de existência de uma dimensão de intervenção por meio da narrativa.

A análise de material é também efetivada com base na filosofia de Gadamer (1997). De sua hermenêutica crítica, enfatiza-se a ideia de destaque do objeto de pesquisa, de forma que esse movimento a um só tempo evidencia o que se destacou e aquilo de que foi destacado (seu contexto). Assim, o pesquisador deve voltar-se para suas tradições e questionar seus preconceitos – que, aqui, não possuem caráter pejorativo, mas representariam sua sustentação ideológica, sua visão de mundo. Nesse sentido, nega-se à ciência sua cara utopia de neutralidade, ao passo que se valoriza o campo ético por meio da definição – ou tentativa de – dos pressupostos daquele que tem algo a dizer.

Várias pesquisas em Saúde Mental e Coletiva têm usado este referencial metodológico para análise de informações (CAMPOS *et al.*, 2009). A julgar por suas potencialidades, há certo impasse metodológico entre o número de reconstruções textuais necessário para a produção de efeitos clínicos e aquele usado como forma de saturação, constituindo alguma tensão entre a perspectiva de intervenção clínica e a de instrumental científico. Observe-se a descrição do processo de uma pesquisa avaliativa da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Campinas-SP:

Os dados foram coletados por meio de 20 grupos focais, realizados com os grupos de interesse (stakeholders): 12 grupos com trabalhadores de cada um dos seis CAPS, dois grupos com o colegiado municipal de saúde mental, dois grupos com os gerentes dos CAPS envolvidos, dois grupos com familiares de usuários dos seis CAPS e dois grupos com usuários. Esses grupos participaram de duas etapas. Na primeira, havia um roteiro com questões disparadoras da discussão, abrangendo as temáticas de interesse da pesquisa, sendo os roteiros diferentes em alguns aspectos segundo o grupo de interesse. Após a transcrição do material

gravado desses grupos, foram construídas narrativas de cada um deles, seguindo o referencial teórico de Ricoeur. A construção narrativa consistiu no encadeamento dos núcleos argumentais presentes no material transcrito, mas editado à maneira de uma história que se deixa seguir, na leitura. Na segunda etapa essas narrativas foram apresentadas aos mesmos participantes dos grupos focais, que puderam contestá-las, corrigi-las e validá-las. Houve perda insignificante de sujeitos entre uma etapa e outra (três pessoas de um total de 120).

(CAMPOS et al., 2009)

Algumas considerações são necessárias a respeito das construções narrativas a partir de material previamente gravado. Retome-se a pretensão de veracidade de que falávamos no capítulo inicial. Escrever uma narrativa a partir de falas transcritas de uma entrevista pressupõe a atitude conscienciosa de transformar opiniões em texto formal, de modo que se mantenham ideias, posicionamentos e mesmo contradições da mimese I original.

Narrativas provenientes de grupos focais requerem trabalho técnico ainda mais elaborado. Se por um lado a narrativa deverá sintetizar uma voz coletiva, por outro há de ser capaz de manter as dissonâncias dos participantes entre si e, mais difícil, em relação a si, ou seja, não só os pontos de discordância entre os participantes devem estar explícitos como aqueles em que determinado participante aparenta contradição precisam ser considerados. Para isso deve haver atenção no momento em que se analisam núcleos argumentais, considerando-se a dinâmica que engendra cada argumento coletivo e a ipseidade⁴ de cada sujeito ao longo do discurso. Esta tarefa pode parecer arduosa, mas não menos do que escolher determinado parâmetro – sempre em detrimento de outros – ao buscar associações ou correlações entre variáveis na pesquisa quantitativa. Ambas dependem da idoneidade do pesquisador.

Finalmente, a análise das construções narrativas é realizada sobre conteúdo explícito – nunca sobre algo latente. Não apenas por princípio ético, mas porque

⁴ *Iipseidade* é o termo introduzido por Duns Scot para indicar a singularidade do individual (ABBAGNANO, 2012). Para Ricoeur, a ipseidade seria uma promessa pessoal constitutiva da identidade, em oposição à mesmidade, identidade genética e permanente.

tratamos precisamente de análise textual, não pessoal. Não se trata de pessoas postas em análise, mas de textos que, como já vimos, possuem tríplice autonomia. Quanto a isso, torna-se importante a noção de obra: o conjunto do material investigado pelo pesquisador deve ser suficiente para responder a sua hipótese.

Definimos o início de uma narrativa como desnecessidade de conteúdos anteriores para que haja verossimilhança. E justamente assim devem ser os textos usados em pesquisa: sempre haverá algo mais a saber, a pesquisar, a conhecer. O mundo do texto não encerra o mundo do autor, tampouco as histórias e opiniões dos participantes de uma pesquisa se limitam àquilo que foi declarado, gravado. O imprescindível para garantir-lhe suficiência é que estejam presentes os requisitos para que o todo ganhe contornos de uma narrativa.

Essa narrativa pode ser uma instância intermediária, construída para servir como dispositivo técnico à análise. Dela serão extraídos os temas prevalentes e/ou do interesse inicial sem que ocorra edição, mas síntese em eixos temáticos chamados núcleos argumentais, construindo um quadro panorâmico composto por meta-narrativas que organizam as informações em direção a conclusões sistematizadas (ONOCKO-CAMPOS e FURTADO, 2006).

Em outro formato de pesquisa, é possível que se opte pela análise do texto bruto, tal como transcrito. Trata-se de situação mais delicada, uma vez que se torna mais difícil garantir que determinada citação em particular reflita a argumentação do entrevistado ou do grupo – no caso de grupo focal. De uma entrevista ou grupo com duração de uma hora, por exemplo, derivam-se dez a quinze páginas de material transcrito. A escolha da análise direta implica a verificação por todo o material de que todas as incursões a respeito de determinado argumento estão sendo consideradas para cada conclusão e fragmento eventualmente selecionado a título ilustrativo.

O uso da construção narrativa de forma não apenas instrumental cria um procedimento extraordinário no todo da análise. Ele intercala uma síntese intermediária que facilita a posterior análise em bancos com maior quantidade de informação, facilitando o processo sintético definitivo. É um elemento adicional que

protege o conteúdo do mundo do texto da possível tentação de citar-se exatamente o excerto que confirme a opinião do pesquisador em detrimento de outros. A obra em questão – o mundo em questão – é o conjunto definido por espaço, enredo e participantes da pesquisa *durante todo o processo de registro*. E é o tempo aqui mais uma vez o determinante indispensável.

4. ILUSTRAÇÕES

4.1 Notas biográficas *ou* percurso ao mundo do texto *ou* mimese I a II

*Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Tempo, tempo, tempo, tempo
Quando o tempo for propício
Tempo, tempo, tempo, tempo
De modo que o meu espírito
Ganhe um brilho definido
Tempo, tempo, tempo, tempo
E eu espalhe benefícios
Tempo, tempo, tempo, tempo*

(Oração ao Tempo, Caetano Veloso)

Vimos com Gadamer que aquilo que nos interroga já vislumbra alguma aplicabilidade (GADAMER, 1997). Mesmo ao estudar partículas, embora seja possível que a aplicação imediata não esteja dada, o pesquisador sabe que suas descobertas deverão ser empregadas em avanços tecnológicos, ainda que situe seu estudo originalmente na esfera das ciências ditas *puras*. Discussões filosóficas da antiguidade são até hoje utilizadas para fundamentação no ensino da ética, por exemplo. Portanto, afirmar que uma pesquisa não é aplicável é um subterfúgio, uma forma de isentar-se da responsabilidade por suas prováveis consequências.

Sem dúvida, há pesquisas mais pragmáticas e outras, no polo oposto, conceituais. Ambas podem ser igualmente boas ou ruins. Discute-se, entretanto, a insólita matéria plástica da pretensão de não aplicabilidade, ainda que futura. Tudo o que é publicado – mimese II – se faz sujeito de uma espiral hermenêutica. Se o texto tem sua autonomia, cabe o compromisso de inserirmos em seu mundo os andaimes dos preconceitos de seus autores.

E de que se destaca tudo de que se falou nos capítulos anteriores? Começamos por expor que a autora é médica, com residência em Medicina Preventiva e Social, tendo, durante toda a trajetória acadêmica, acompanhado um grupo de pesquisas do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas, na Universidade Estadual de Campinas. No grupo Saúde Coletiva e Saúde Mental: Interfaces, realizou várias pesquisas de iniciação científica na área de Saúde Mental. Ao longo da graduação, participou de uma pesquisa quantitativa na área de Ciências Sociais, além de pequenas inserções em pesquisas de outras áreas da Saúde.

Oito anos de contato com a pesquisa acadêmica – anteriores ao ingresso no mestrado – suscitaram várias inquietações de ordem conceitual. Disputas, muitas vezes sutis, entre pesquisadores e valorização não deliberada de determinado modelo de pesquisa em detrimento de outros são recorrentes. Por vezes na ausência de construção crítica reflexiva e embebidas em uma sustentação dogmática, esse isolamento conceitual provoca importante fragilização para o virtual grupo de pessoas que, embora pertencentes a nichos teóricos distintos, trabalham em prol de melhorias para a saúde das pessoas.

Poderíamos definir como três os interlocutores principais deste trabalho. Em uma primeira instância estão aqueles que supõem a existência de uma ciência estritamente positiva e, por conseguinte, creem em sua superioridade. Os segundos são aqueles que em contra-argumentação aos primeiros e opondo-se às noções de neutralidade e de verdade absoluta nas ciências abdicam da cientificidade e da racionalidade como a descartar o bebê com a água do banho. O terceiro grupo de interlocutores são os que, tendo superado as duas armadilhas iniciais, reconhecem a inevitável presença da subjetividade em toda ação humana e elegem a psicanálise como se fora única maneira possível de considerá-la.

Retomemos. Ao analisarmos o *Discurso*, de Descartes, observamos que a obra trata de uma utopia. Nas Ciências Sociais, sua contaminação desembocou no Positivismo e no Determinismo, retomando com Weber uma orientação

compreensiva. A fenomenologia clássica, por sua vez, aperfeiçoou-se derivando-se em hermenêutica crítica.

Se não pudemos renunciar à subjetividade, de forma semelhante não foi possível abdicar à racionalidade em um pensamento humano formal. O detalhamento que empreendemos com relação à imagem e à memória elucida a subordinação humana às lembranças em um mecanismo sofisticado de interdependência entre memória e esquecimento. Conexão a que se submetem também as pesquisas, quaisquer que sejam elas.

Quanto à psicanálise, ao estabelecer três tipos de abusos da memória – a saber: impedida; manipulada; obrigada – Ricoeur considera a contribuição da psicanálise para o esclarecimento do mecanismo das lembranças que não podem ser acessadas por um impedimento patológico. Trata-se, portanto, de uma memória impedida. Soma-se a ela a memória manipulada, realizada pelo indivíduo em situação de poder e considerada abusiva por excelência, já que deliberada. Por fim, a memória obrigada traz a necessidade da lembrança coletiva de determinados fatos históricos, como forma de restituição às suas vítimas (RICOEUR, 2007).

O que se argumenta é que, embora existam modelos úteis de pesquisa em linhas psicanalíticas diversas, a subjetividade não será exclusividade dessas teorias. E, a depender da finalidade do estudo empreendido, eles não constituirão desenho prioritário. Nas pesquisas avaliativas de quarta geração, por exemplo, com que intuito se logra dar voz a um grupo política e/ou economicamente desfavorecido?

A contribuição primordial desse tipo de pesquisa será a tentativa de reverter algo da lógica hegemônica social, contribuindo para que futuros leitores tenham acesso à determinada memória obrigada. Se, todavia, empreende-se uma pesquisa de interpretação psicanalítica sem a demanda dos participantes, expõe-se ao risco não de alcançar-se alguma memória impedida, senão de realizar a incursão violenta de uma memória manipulada.

Naturalmente que poderá – e até deverá – haver certa repercussão clínica, na medida em que as pessoas são levadas a refletir sobre suas experiências e a reconsiderar determinadas opiniões. Com o recurso de devolução de narrativas aos participantes, essa perspectiva é inclusive acentuada. Em uma analogia com as técnicas psicanalíticas, todavia, essa interação nos remeteria mais ao manejo (JANUÁRIO e TAFURI, 2011) que à interpretação.

Nesse sentido, quando afirmamos não buscar o latente nas entrevistas significa que consideramos como premissa considerar aquilo que o entrevistado informa como sua verdade, ainda que esperemos que haja alguma mudança de percepção ao longo das entrevistas. Significa ainda não atribuir diagnósticos, sejam da esfera psiquiátrica ou psicanalítica para justificar determinado padrão de comportamento ou opinião expressos nas narrativas. Em última instância, considerar legítima a voz de quem nos fala e reais suas intenções. De certa forma, aproximamo-nos da noção de manejo psicanalítico descrito predominantemente em tratamento de pacientes psicóticos, em oposição à ação interpretativa da psicanálise clássica (JANUÁRIO e TAFURI, 2011).

Em realidade há ainda um quarto interlocutor importante, já que os anteriores se referem a diálogos nos quais haveria certo ruído ou tensão. Pactuamos com aqueles pesquisadores que têm realizado aproximações com movimentos sociais, com pacientes e com serviços nos quais se busca efetivamente considerar o que se convencionou chamar de *tratamento* como uma instância dialógica irremediável.

Por não serem alvo de incômodos imediatos, não nos debruçamos em revisões bibliográficas extensas, embora a existência de grupos que utilizam outras metodologias qualitativas com princípios ético-políticos afins seja certa. Considera-se, entretanto, pertinente e necessário realizar-se um movimento de aproximação epistemológica em estudos futuros.

4.2 Pequenas histórias

Essas são histórias mínimas, destacadas da prática clínica e acadêmica da autora. Fragmentos da real mimese l aqui transfigurados em algumas das alegorias que impeliram às reflexões elaboradas neste trabalho. Ao leitor, podem soar embebidas de algum surrealismo fantástico próprio das ficções. Não são. Carregam a intenção de fidedignidade e de tempo transcorrido das narrativas históricas, sem renunciar à pretensão metafórica ficcional.

Embora reconheça e defina diferenças entre narrativa histórica e narrativa ficcional, Ricoeur procura, ao longo de sua trilogia, caracterizar entre elas profundas inter-relações (RICOEUR, 1994a; 1994b; 1994c). Ao ponto de propor uma ficcionalização da história e uma historização da ficção, marcando a transfiguração do tempo narrado no entrecruzamento da história com a ficção (RICOEUR, 1994c).

4.2.1 Neutralidade tête-à-tête

Quão neutra pode ser a objetividade científica? Certa vez, em um inquérito populacional, pretendia-se verificar a prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) na população de uma região da cidade de Campinas. Tratou-se da aplicação de um questionário curto – *Self-Report-questionnaire* (SQR-20) – estabelecido na área de Psiquiatria e que funciona como método de rastreio de transtornos mentais, ou seja, não é usado para diagnóstico.

Uma das entrevistadas, com labilidade de humor visível, chorara várias vezes desde o início da entrevista. Não que o SRQ-20 seja um questionário que permita reflexões tais que favoreçam a lembrança de situações traumáticas ou particularmente desfavoráveis. São pequenas perguntas objetivadas, de estrutura fechada, em que só é possível responder “sim” ou “não”. Foi, entretanto, suficiente para que a desestabilizasse emocionalmente. Até o momento em que foi

questionada se chorava com frequência. Para espanto dos alunos entrevistadores, respondeu assertivo “não”. E prosseguiu, certa de sua resposta.

Em outra entrevista, perguntou-se a uma senhora se costumava ficar em dúvida ou se tinha dificuldade para a tomada de decisões. Ela pensou alguns minutos, ponderou. Respondeu: “sim”. Mudou de ideia. “Não...” “Às vezes...” “Tenho dúvidas sobre isso.” “Mas...Acho que não.” “Minha resposta é não.”

Não se trata de desconsiderar as respostas dadas pelas entrevistadas. Defendemos que a opinião dos participantes devam ser sempre consideradas, sem tentativa de interpretação de conteúdos latentes. Dessa forma, no que se difere esta crítica? Ora, o que vemos aqui não são opiniões sobre algo. Vemos pessoas demonstrando que a resposta dual pode esconder algo não da esfera do latente, mas do manifesto. Paradoxo em ato. Dois momentos em que a verdade aparente se fez massacrada pela tentativa de objetividade. Momentos em que a racionalidade só seria capturada de forma subjetiva.

O que essa circunstância nos evidencia é que certo “furor objetivante” com que muitas vezes se atribui a prerrogativa de maior objetividade às pesquisas quantitativas é mero idealismo. Em um primeiro momento, analisamos como as noções de imagem e memória – próprias da subjetividade – estão presentes em todo ato narrativo, incluindo a mimese I, em que ocorre o ato da entrevista do inquérito. Em seguida, vimos como a neutralidade fenomenológica se esvai nas sínteses passivas realizadas pelo pesquisador ao organizar um estudo.

Por fim, analisamos como a ação do diálogo é fundamental ao processo de compreensão na pesquisa com indivíduos. Tal profundidade de entendimento é própria do qualitativo, protestará o leitor. Sim, seria inclusive inviável proceder a ele em uma pesquisa de caráter populacional, ao passo que as noções de prevalência e incidência são também pertinentes à construção do conhecimento científico.

Não contestamos. Ao contrário, boa parte do capítulo primeiro serviu para delimitar a importância de paradigmas diferentes com *pressupostos* éticos afins, elaborados em um processo de convergência. Se reiteramos a cientificidade e a racionalidade em detrimento da neutralidade e da verdade absoluta, isso se deu no âmbito geral de uma epistemologia que comporta quantitativistas e qualitativistas, apesar de suas especificidades óbvias. O que os distingue não está no nível da objetividade⁵ – entendida como aquilo que é fidedigno –, mas nos diferentes objetivos⁶ – ou propósitos – da aplicação de resultados.

4.2.2 Psicose na tomografia

Em um plantão de clínica, o serviço de radiologia chama a médica do pronto-socorro para acompanhar a realização de uma tomografia cerebral com contraste. A presença médica é obrigatória durante esse tipo de exame pela possibilidade de reação alérgica com possível intubação. Tratava-se de uma senhora idosa, que vinha de outro hospital apenas para a realização do procedimento, retornando em seguida para continuar o tratamento no hospital de origem.

Havia, entretanto, algum tumulto em torno da paciente. Rodeada por duas técnicas e um enfermeiro que tentavam, de forma insistente e sem êxito, mantê-la sentada na sala de espera, a paciente estava inquieta e visivelmente desconfortável. Tão logo vislumbraram a médica descendo a rampa, voltaram-se para comunicar-lhe suas dificuldades: a paciente não queria fazer o exame, não aceitava entrar na sala de tomografia, não obedecia seus pedidos, não escutava que precisava ser submetida ao procedimento, estava confusa e não parava de repetir a mesma frase – diziam eles.

⁵ “Objetividade: *s.f.* 1. **Qualidade do que dá, ou pretende dar, uma representação fiel de um objeto ou fato.** 2. Característica do que não é evasivo” (HOUAISS, 2010).

⁶ “Objetivo: *s.m.* 1. **O que se quer alcançar; propósito.** *adj.* 2. Sem rodeios; direto. 3. Livre de interesses ou opiniões pessoais” (HOUAISS, 2010).

A senhora, aproveitando a distração de seus cuidadores, levantou-se e repetiu em voz tímida:

- *Por favor... Preciso ir ao banheiro. Não aguento mais, não posso fazer minhas necessidades aqui.*

Expuseram convictos os enfermeiros:

- *Ela só fala isso!*
- *Está delirando. Deve ser por isso a tomo...*
- *Doutora, a senhora precisa prescrever um benzodiazepínico⁷! Não vamos conseguir fazer o exame assim. Ela vai se mexer dentro da máquina...*

Perplexa, a médica olhou para a paciente que, juntando as mãos em sinal de súplica, persistiu:

- *Pelo-amor-de-deus, minha filha!*

Questionados os presentes se alguém tivera a ideia de levá-la ao banheiro para ver se se acalmaria depois, todos se entreolharam atônitos:

- *Será? Bom, de repente ela tem consciência... Mas e se fizéssemos o midazolam?*

De qualquer forma, não seria mesmo possível administrar um medicamento que causa rebaixamento de consciência a alguém que precisa de uma tomografia por estar supostamente confusa – argumentou a médica. Então iremos todos ao banheiro, por sorte há um ali.

E assim, em ato de extrema bravura, os quatro profissionais de Saúde percorreram a rampa, enquanto a paciente modificou seu discurso para “graças a Deus!” Passados cerca de vinte minutos o exame já estaria feito. Sem menores intercorrências.

⁷ Benzodiazepínico é uma classe de fármacos com propriedades ansiolíticas e sedativas (SCHATZBERG e NEMEROFF, 2002).

De tão insólita, essa cena parece inverossímil. Pensar-se-á que se exagerou na cor ou textura para gerar excentricidade. Não parece razoável que comunicação tão cotidiana gere tal desentendimento. E que na clínica seja possível tamanho distanciamento da comunicação natural entre indivíduos.

O que acontece quando uma pessoa se submete ao designo de ser “paciente”? Seria talvez submeter-se a múltiplos corpus de conhecimentos que estabelecem relações prováveis entre tudo o que ela age, fala ou diz pensar. Esse é um exemplo de como um diagnóstico pode deter o poder de ofuscar qualquer possibilidade de afirmação verdadeira. Se alguém recebe um diagnóstico de delírio, nada – absolutamente – do que disser será então considerado?

Defendeu-se o valor da palavra do outro como premissa ética para a utilização de entrevistas no trabalho em pesquisa. Se consideramos que interpretar afirmações dos entrevistados de acordo com os pressupostos do pesquisador seja um ato violento, que dizer sobre tornar irrelevante a própria afirmação? Estamos novamente imersos em uma escolha ética fundamental: a de optar pela escuta diante do delírio coletivo de não ouvir vozes.

4.2.3 O homem que repetia

Era uma pesquisa qualitativa hermenêutica, em nível de iniciação científica. A pesquisadora mirim realizava entrevistas em profundidade sobre histórias de vida de três pacientes com transtornos mentais considerados graves em tratamento em Unidades Básicas de Saúde (UBS) da periferia de Campinas, que teriam sido encaminhados após algum período de acompanhamento em CAPS. Foram quatro entrevistas para cada um deles.

As primeiras seguiam um pequeno roteiro sobre questões gerais a respeito do início do tratamento, como chegaram ao CAPS, como foram encaminhados para tratamento em UBS. As três entrevistas consecutivas baseavam-se na leitura da

narrativa escrita a partir da transcrição da gravação anterior. Para cada uma delas eram necessários seis ônibus e cerca de seis horas de viagem pela cidade, contabilizando-se trechos a pé e retorno. Uma aventura.

Um dos entrevistados era um rapaz com história de uso abusivo de substâncias psicoativas, que vivia em situação de extrema pobreza. Sempre ouvia o texto da entrevista anterior e reconhecia-se, nada alterava, porém sempre falava livremente em caráter de complementação... Repetindo quase as mesmas coisas. Contava de sua relação difícil com os familiares, da vontade de ter uma vida diferente e da compulsão por consumir drogas. Em duas tentativas de entrevista não foi encontrado em casa. Havia desaparecido, de acordo com o pai, nas duas circunstâncias.

Seu pai, a propósito, era uma figura peculiar. No primeiro contato com a pesquisadora, apresentou-se como “senhor portador de M54 e F32, pai do rapaz com F20⁸”. O jovem, a cada poucos dias, pegava um ônibus para o centro da cidade, usava drogas e bebia até acabar caído na rua e ser levado por alguém a algum pronto-socorro, onde passava o dia e depois retornava para casa com a promessa de nunca mais repetir o episódio. E o evento se reproduzia consecutivamente, assim como suas entrevistas.

Na segunda entrevista encontrara-o retornando de um desses hospitais, ouviu incomodado o início da narrativa, não conseguiu continuar e adiamos a leitura para o dia seguinte. Todavia, o caráter hermenêutico foi implacável e, na quarta entrevista, ele verdadeiramente se surpreendeu com sua terceira narrativa. Não que esta tivesse conteúdo diferente das duas anteriores, senão pelo fato de que lhe fez surgir finalmente um *insight*: ele se deu conta de que se repetia. E repetia. E repetia.

⁸ De acordo com o Código Internacional de Doenças, 10ª edição (CID-10): M54 é sigla para lombalgia; F32, para episódio depressivo; F20, para esquizofrenia (CID-10).

Esse relato é um exemplo da implicação clínica impregnada na metodologia hermenêutica. Reconhecer-se em cada narrativa até o momento em que seja possível haver também estranhamento, vislumbrando-se um movimento de mudança. Exige do entrevistador a paciência de aguardar um tempo necessário para que o entrevistado realize alguma sutil autopercepção que fuja do cotidianamente previsto.

Considere-se a maneira de apresentar-se do pai do rapaz. Ele e seu filho são um conjunto de doenças, de acordo com sua fala. Mais que isso, ele se apresenta de forma extremamente técnica, de maneira a não haver brechas a essas doenças em termos de definições. Tudo se passa como se ser doente fosse uma espécie de profissão, sua função vital.

A espera do pesquisador é aquela de que falávamos no tópico sobre saturação em pesquisa qualitativa. Com o dispositivo clássico, esperávamos interromper o ciclo de narrativas no momento em que seus conteúdos são fundamentalmente repetitivos. Na possibilidade de algum manejo clínico, esperamos ainda que as narrativas possam contribuir para a reflexão de quem nos concede a entrevista, o que requer responsabilização adicional do pesquisador.

A reflexividade da redundância das entrevistas só se tornou visível pelo artefato da construção textual em ressonância com o mundo do ouvinte. Aqui mimese I, II e III se entrelaçam, já que o mundo do texto se encontra com o mundo do próprio autor, dois horizontes ora separados pela passagem do tempo. A anamnese médica – a entrevista em busca de informações – e a *anamnêsis* aristotélica – o processo de rememoração – encontrando-se em um horizonte possível.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

5.1 Metáfora e metonímia

O método clínico aplicado em atendimentos da emergência e pronto-atendimentos requer metodologia fenomenológica clássica, na maioria das vezes. Um rápido olhar para o paciente e já se prevê se está eupnéico ou icterico, se seu estado geral é bom, se há edemas etc.. Em cerca de cinco minutos de exame físico, realiza-se ausculta cardíaca e respiratória, palpa-se abdome, realizam-se manobras específicas a depender da queixa. O intuito é apenas um: diagnosticar situações que possam levar o paciente à morte ou à incapacidade permanente em horas ou em poucos dias. Se for o caso, interná-lo para que esse desenlace seja evitado. Avaliações que podem ser rápidas, embora tecnicamente complexas.

Em atendimentos de emergência, aquilo que o outro nos diz não é, em geral, o fator mais relevante para indicação de intervenções invasivas. Ninguém irá intubar um paciente consciente, com saturação e frequência respiratória normais, ainda que se queixe de dispnéia. Entretanto, a grande maioria das pessoas que procuram um pronto-atendimento possuem problemas crônicos, que não poderão ser tratados ou acompanhados neste âmbito, embora intervenções pontuais devam ser feitas de forma adequada.

Esta objetividade – que não é neutra – terá utilidade ainda no centros cirúrgicos. Conforme nos distanciamos das condutas emergenciais – e, portanto, menos prevalentes em relação aos atendimentos em geral – mais dependeremos da compreensão daquilo que o paciente nos diz. Isso significa que a hermenêutica é imprescindível para a clínica. E como pensar a Saúde Mental sem a dimensão da escuta? Para a psiquiatria, a nomenclatura *transtorno* não ocorre à toa. A avaliação de comportamentos tem como pressuposto compreender suas motivações. Isso ocorre ao logo do tempo, com diálogo, alteridade e empatia.

Poderíamos afirmar que a fenomenologia pura é metonímica, uma pequena evidência pode ser suficiente para alterar todo o desfecho. Ou ainda, para se chegar a uma conclusão equivocada, tomando a parte aparente por um todo muito mais complexo. Em todo caso, a alegoria estará presente, com suas metáforas continuadas, à espreita de um ouvinte confiável, em um tempo disponível, para virar uma história já então narrada.

5.2 Desfecho

Saturno ou Cronos era o mais jovem titã, filho do Céu e da Terra. Diz a mitologia que, a pedido da mãe, mutilou o pai e ocupou seu trono universal. Entretanto, como em todo bom mito, surge um oráculo que prevê seu destronamento por um de seus filhos. Saturno passa então a devorá-los tão logo nasciam. Sua esposa Cibele, tentando proteger Júpiter recém nascido, esconde-o, entregando a Saturno uma pedra que é devorada em seu lugar. Jupiter, crescido, oferece a Saturno uma droga que o faz vomitar todos os filhos. Após dez anos de luta a profecia se cumpre. Expulso do Olimpo, permaneceu entre os homens até a Idade do Bronze, reconciliando-se com os filhos e retornando ao Olimpo no momento da história em que os homens se tornaram maus. Em variante da lenda, permaneceu preso no Tártaro; em outra, após a reconciliação, foi para a Ilha dos Bem-Aventurados (CIVITA, 1973).

Qual a pertinência da figura do oráculo? Ora, o adivinho é aquele que comporta toda a dimensão de distensão e intenção temporal em um só tempo. Ele sabe o que é, já foi e ainda será. Incorpora o tríplice presente de um destino inevitável. E quão irônico nos parece ser o deus do tempo não prescindir de um oráculo. Irônico e inevitável: em uma mitologia que é mimese humana, a narrativa ocorre. E o tempo transcorre.

O pensamento humano se faz subjetiva e narrativamente por meio da razão, com seus enganos, lembranças e esquecimentos constitutivos da memória, com a originalidade concedida pela imaginação. Se a narrativa como componente

metodológico é uma possibilidade, a narrativa instrumental está sempre presente. Está na memória distendida ao longo da pesquisa e na intenção de aplicabilidade dos resultados. Os estudos que não a utilizam como procedimento intermediário não a poderão renunciar no momento da publicação, do relatório, da escrita. Das consequências desta ambição sequer escapam os deuses.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia. Tradução de Ivone I. Benedetti.** 6a. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p.360.

BENJAMIN, W. **Documentos de Cultura. Documentos de Barbárie: Escritos Escolhidos. Seleção e apresentação de Willi Bolle; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa.** São Paulo: Cultrix : Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BENTHIEN, R. A Metodologia de Max Weber: Unificação das Ciências Culturais e Sociais. **Mana [online]**, v. 11, n. 1, p. 314-317 2005.

BORGES, J. **Ficções, tradução de Carlos Nejar.** Porto Alegre: Abril Cultural, 1972.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

CAMPOS, G. W. D. S. A mediação entre conhecimento e práticas sociais: a racionalidade da tecnologia leve, da práxis e da arte. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3033-3040, 2011.

CAMPOS, R. T. O. et al. Avaliação da rede de centros de atenção psicossocial: entre a saúde coletiva e a saúde mental. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1 supl., p. 16-22, 2009.

CIVITA, V. **Dicionário de Mitologia Greco-Romana**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

COHN, G. **Max Weber M. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1980.

DESCARTES, R. **Discurso do Método. Tradução de Paulo Neves**. Porto Alegre: L&PM, 2012. 128p.

EINSTEIN, A. **A Teoria da Relatividade Especial e Geral. Tradução de Carlos Almeida Pereira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 388-394, 2011.

FOUCAULT, M. Signos e Casos. In: FOUCAULT, M. (Ed.). **O Nascimento da Clínica**. 6a. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004. p.99-120.

FURTADO, J.; ONOCKO CAMPOS, R. Participação, produção de conhecimento e pesquisa avaliativa: a inserção de diferentes atores em uma investigação em saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 11, p. 2671-2680, 2008.

GADAMER, H. **Verdade e Método: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica. Tradução de Flávio Meurer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. 731p.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 731p.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Fourth Generation Evaluation**. Newbury Park: Sage, 1989.

HAWKING, S. **Uma Breve História do Tempo – Do Big Bang aos Buracos Negros**. Tradução de Maria Helena Torres. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **O Universo numa Casca de Noz**. Tradução de Ivo Korytowski. São Paulo: Arx, 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário de Língua Portuguesa**. 4a. Rio de Janeiro: Moderna, 2010.

_____. Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2013. Disponível em: < <http://houaiss.uol.com.br> >.

IANNI, O.; MARX, K. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1982.

JANUÁRIO, L. M.; TAFURI, M. I. A relação transferencial para além da interpretação: reflexões a partir da teoria de Winnicott. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 14, n. 2, p. 259-274, 2011.

KRISTEVA, J. **O Gênio Feminino: a Vida, a Loucura, as Palavras**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

NUNES, E. Pequeno Guia/Vocabulário para Utilização da História Arqueológica como Instrumento de Pesquisa Qualitativa. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, v. 6, n. 10, p. 125-34, Fev 2002.

ONOCKO-CAMPOS, R. T.; FURTADO, J. P. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 1053-1062, 2006.

ONOCKO CAMPOS, R. **O Planejamento no Labirinto – Uma Viagem Hermenêutica**. São Paulo: Hucitec, 2003.

ONOCKO CAMPOS, R. et al. **Pesquisa Avaliativa em Saúde Mental: Desenhos Participativos e Efeitos de Narratividade**. São Paulo: Hucitec, 2008a. 428.

ONOCKO CAMPOS, R. et al. Narrativas no estudo das práticas em saúde mental: contribuições das perspectivas de Paul Ricoeur, Walter Benjamin e da antropologia médica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 2847-2857, 2013.

ONOCKO CAMPOS, R. T.; FURTADO, J. P. Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 6, p. 1090-1096, 2008b.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa. Tomo I**. Campinas: Papyrus Editora, 1994a.

_____. **Tempo e narrativa. Tomo II**. Campinas: Papyrus Editora, 1994b.

_____. **Tempo e narrativa. Tomo III**. Campinas: Papyrus Editora, 1994c.

_____. Documentos - Narratividade, fenomenología y hermenéutica. **Anàlisi**, v. 25, p. 189-207 2000.

_____. **A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, J.; DURKHEIM, E. **A Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1988.

SAGAN, C. **O Mundo Habitado pelos Demônios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHATZBERG, A.; NEMEROFF, C. **Fundamentos de Psicofarmacologia Clínica**
Tradução de Fernando Diniz Mundim e Martha Luiza Quintella Alves Brasil.
Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 57p.

TURATO, E. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições,
diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 3, June 2005.

WEBER, M. Sobre Algumas Categorias da Sociologia Compreensiva. In: WEBER,
M. (Ed.). **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo/Campinas: Cortez/ Editora
da Unicamp, 2001. p.313-348.